

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ALEXANDRE NOGUEIRA SOUZA

**OS IMPACTOS SOCIOPOLÍTICOS CAUSADOS PELOS REGIMES
TOTALITÁRIOS NO SÉCULO XX**

UBERLÂNDIA

2020

ALEXANDRE NOGUEIRA SOUZA

OS IMPACTOS SOCIOPOLÍTICOS CAUSADOS PELOS REGIMES TOTALITÁRIOS NO
SÉCULO XX

Monografia submetida ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito obrigatório para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Marques Araujo.

UBERLÂNDIA

2020

AGRADECIMENTOS

Palavras seriam incapazes de demonstrar a gratidão que possuo com as pessoas que me apoiaram no trabalho de conclusão e, principalmente, nos anos que cursei Relações Internacionais.

Agradeço aos meus pais, Sandro e Fabiana, pelo amor incondicional. Vocês sempre estiveram presentes na minha vida, concedendo-me apoio e fazendo o possível para que minha vida fosse repleta de realizações. Aproveito para agradecer aos meus demais familiares, uma vez que estes sempre acreditaram na minha pessoa. O incessante apoio da minha família fez com que o êxito fosse obtido no final dessa jornada.

Não poderia deixar de mencionar Aquele que me fortalece em todos os momentos, Deus. Muito obrigado por essa oportunidade na vida e por ter me abençoado durante minha graduação.

“Se você estiver atravessando o inferno, continue caminhando”.

- Sir Winston Churchill.

RESUMO

O presente trabalho pretendeu entender os significados e implicações do Totalitarismo enquanto regime político. Para isso, investigamos os imbróglis causados pelo Nazi-Fascismo e pelo Socialismo Real durante o século XX, demonstrando as consequências em termos sociopolíticos nos países onde governos totalitários foram instituídos. A pesquisa está atrelada às perversidades do totalitarismo e, diante disso, os infortúnios de tais regimes foram explicados. Em contrapartida às visões totalitárias, as ideias e princípios vinculados ao pensamento liberal e democrático foram utilizados. Por meio da análise histórica atrelada a uma revisão na literatura que trata sobre esse tema, articulou-se um trabalho com o objetivo de compreendermos os impactos sociopolíticos do pensamento e da prática totalitária no século XX.

Palavras-chave: Totalitarismo. Extremismo Político. Nazismo. Fascismo. Socialismo.

ABSTRACT

This study sought to understand the meanings and implications of Totalitarianism as a political regime. After understanding it, investigations about the imbroglios caused by Nazi-Fascism and Real Socialism during the twentieth century were made, demonstrating the consequences in socio-political terms in the countries where totalitarian governments were instituted. The research is linked to the perversities of totalitarianism and, in view of that, the misfortunes of such regimes have been explained. In contrast to totalitarian views, ideas and principles attached on liberal and democratic perspective were showed. Through a historical analysis and a review of the literature that deals with this theme, was articulated a work in order to understand the socio-political impacts of thought and totalitarian practice in the twentieth century.

Keywords: Totalitarianism. Political Extremism. Nazism. Fascism. Socialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. ANÁLISE DO TOTALITARISMO E DAS IMPLICAÇÕES DESSE FENÔMENO	11
1. Visão de Hannah Arendt	12
2. Perspectiva de Friedrich von Hayek	16
3. Ideia de Václav Havel	21
2. O CATACLISMO VISCERAL	29
2.1 Significado e Implicações do Fascismo.....	29
2.2 O Nazismo.....	42
2.3 As Consequências do Totalitarismo de Extrema-Direita.....	51
3. A HECATOMBE REALMENTE EXISTENTE.....	56
3.1 O Modelo Soviético	58
3.2 A Cortina de Ferro.....	69
3.3 As Consequências do Totalitarismo de Extrema-Esquerda.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	83

INTRODUÇÃO

Vivemos tempos em que as formas autoritárias de governo se manifestam de maneira bastante enfática na sociedade internacional. Direitos são suprimidos, o poder usado de forma arbitrária e os indivíduos ficam à margem das decisões em países onde o autoritarismo emerge. Tendo em conta a relevância das discussões acerca das forças duais da política, como liberdade e autoritarismo, democracia e ditadura, faz-se necessário examinar as causas e as consequências de regimes totalitários que tiveram início e declínio no século passado no que condiz aos impactos sociopolíticos.

Por totalitarismo, entende-se que, nesse regime político, há o predomínio da esfera pública sobre a esfera privada, pois o Estado possui a necessidade de controlar todas as áreas, perpetuando a existência humana de maneira robótica, ausente de profundidade. Ao considerar os regimes de Mussolini, Hitler e Stalin, entenderemos as motivações e, principalmente, os impactos do totalitarismo nas sociedades do século XX. A compreensão dos fenômenos presentes no Nazi-Fascismo e no Socialismo Real, mesmo que sejam sistemas referentes ao século passado, facilita o entendimento a respeito das possíveis consequências proporcionadas por um sistema político norteado por princípios totalitários.

Os estudos sobre o totalitarismo possibilitam a demonstração das verdadeiras perspectivas e ações de líderes, partidos e nações que utilizaram do totalitarismo enquanto orientação de Estado. Em contrapartida ao totalitarismo, o aprofundamento nas perspectivas liberais e democráticas de Hannah Arendt, Friedrich von Hayek e Václav Havel são de suma importância para demonstrar uma ideia moderada, prudente e pragmática, visando a preservação dos valores liberais e democráticos.

Ademais, o contexto histórico em que os regimes totalitários surgiram serão trabalhados no texto, possibilitando um maior entendimento acerca do fenômeno analisado. Para isso, os trabalhos dos historiadores e escritores como Eric Hobsbawm, Robert Service, Anthony Beevor e Henry Kissinger são utilizados a fim de entendermos o período histórico e as razões para a ascensão do totalitarismo na Itália, Alemanha e União Soviética. As ideias desses autores renomados também servem para analisarmos as consequências e os impactos sociopolíticos do totalitarismo.

O totalitarismo é um fenômeno que prescreve modificações estruturais, as quais são realizadas de maneira drástica e severa. Visando solucionar os problemas conjunturais de imediato, as práticas totalitárias estão vinculadas a um imaginário que preconiza a substituição imediata de uma determinada ordem social vigente através de rupturas bruscas. A finalidade dessa ação é o estabelecimento de uma nova organização pautada em preceitos de ordem política e social violência, tendo o terror como princípio guia. Isso é realizado de maneira abrupta no campo da *práxis* (ação concreta).

Diante disso, é cabível realizar análises acerca do tema totalitarismo, das singularidades do Nazi-Fascismo, das originalidades do Socialismo Real e do modo no qual ambos impactaram as nações durante o século XX. Temas como repressão, censura, banalização da violência, ausência de liberdades individuais, supressão de direitos civis, falência institucional e abuso do poder servirão como elementos basilares para entendermos as ideias dos Estados Totalitários.

Historicamente, as experiências totalitárias foram desastrosas. Tendo como exemplo os acontecimentos que preencheram o século XX, pode-se dizer que o Fascismo, tendo como ponto de partida a Itália, subverteu as bases políticas, institucionais e sociais desse país. O Nazismo, além de ter utilizado dos princípios fascistas, inseriu elementos mais violentos, capazes de gerar uma guerra de dimensão global e ainda tentou dizimar os judeus.

O Socialismo Real, por sua vez, convulsionou o Leste Europeu devido à influência da URSS, a qual foi formada a partir da Revolução Russa em 1917, segundo Service (2007). Mesmo que havia distinções consideráveis entre Itália, Alemanha e Rússia, tanto antes quanto após as transformações sociopolíticas, o resultado culminou em desastre social e político, uma vez que houve a restrição do direito de liberdade de expressão em prol do estabelecimento de políticas guiadas por um imaginário coletivista atrelado a uma ordem moral e institucional estabelecida pelas lideranças, o que culminou no esfacelamento das liberdades civis e individuais.

Na construção do alicerce, os totalitários, além de abusarem do poder investido por um descomunal senso de arbitrariedade e belicosidade, utilizam diversas estratégias a fim de manter o poder político de modo totalitário. Este é assegurado por fatores como: a ruptura da ordem espontânea, a restrição da individualidade, a penalização da originalidade dos

cidadãos, a limitação da liberdade de expressão, a negação do gradualismo dos fatos, a banalização da violência e a negação da essência humana atrelada aos direitos inalienáveis do indivíduo (ARENDT, 1999). Contudo, ao olharmos para essas práticas autoritárias, elas parecem horripilantes e catastróficas para o desenvolvimento de qualquer civilização, mas eles foram aplicadas pelos “engenheiros de almas humanas”.

Ao propor soluções e respostas para a problemática engendrada na pesquisa, faz-se necessário compreender as maneiras em que os regimes totalitários impactaram os países em termos políticos e sociais, levando em conta algumas especificidades políticas, institucionais, econômicas e do corpo social de cada local. Sendo assim, a demonstração das desastrosas consequências do totalitarismo nos termos aqui citados são evidenciadas a partir das peculiaridades dos sistemas políticos mencionados.

No decorrer dos capítulos, pontos convergentes e divergentes entre regimes totalitários de direita e de esquerda são apresentados, de modo que fique claro quais eram as reais intenções dos defensores do Nazi-Fascismo e do Socialismo Real. As visões de autores como Hannah Arendt, Friedrich Hayek e Václav Havel são imprescindíveis para entendermos o totalitarismo enquanto fenômeno e regime político. Além disso, o papel desempenhado por historiadores, a exemplo de Eric Hobsbawm e Robert Service, são de extrema valia para analisarmos os períodos históricos em que houve a ascensão do totalitarismo, bem como os impactos sociopolíticos dos regimes.

1. ANÁLISE DO TOTALITARISMO E DAS IMPLICAÇÕES DESSE FENÔMENO

“O zelo dos homens pela verdade não é maior do que seu frequente zelo pelo erro” – John Stuart Mill.

Quando um governo retira a individualidade de alguém, ele retira o desejo de ser, pelo simples fato de não ter o que ser. O Totalitarismo é uma forma de governo que visa, em diversas ocasiões, a supressão dos direitos humanos e dos direitos civis em prol da edificação de estruturas fundadas na legitimação da violência por meio de um caráter belicoso do Estado e pela disseminação do autoritarismo em todas as esferas políticas e sociais. Ao ser incorporado no sistema organizacional, a hierarquização das funções relativas a cargos e ofícios, não somente na estrutura política, mas também no corpo social, são fatores importantíssimos para a implementação desse regime político.

A esfera pública suplanta a esfera privada em um regime totalitário. Esse sistema reconhece apenas uma pessoa/grupo/partido/facção como detentora do poder, o qual se edifica na ausência de limites para a execução do mesmo, além da influência exercida em todos os ramos da sociedade pelos que assim o exerce. Emerge, dessa forma, as ideias totalitárias, enquanto algo fundamental para a implementação e manutenção dos regimes totalitários, uma vez que os moldes implantados necessitam, nessa visão, de ações unilaterais que estimulam a indivisibilidade das estruturas em um formato unitário precedido pela falsa coesão da própria comunidade em torno de um imaginário coletivo. Isso é feito pelo uso de sucessivas e maçantes propagandas governamentais a fim de promover os líderes e o país, assegurando as preferências dos que estão no poder. As lideranças são os verdadeiros “engenheiros de almas humanas”, pois visam remodelar a sociedade conforme as próprias ideias. Eles utilizam da planificação e da violência para atingirem esse objetivo.

Essas justificativas arbitrárias, muitas vezes, são pautadas no imediatismo, rompendo, assim, todo o conceito de gradualismo, espontaneidade e prudência. Sendo assim, qual o real interesse em dilapidar, profanar e extinguir as bases do desenvolvimento político e civilizacional? Há razão nessas perspectivas autoritárias que visam somente a descontinuidade? Pelo fato do ser humano se distinguir dos demais animais devido a racionalidade, devemos concordar, mesmo que amargamente, com fato de existir razão nessas escolhas. Contudo, a racionalidade programática e dirigida, acompanhada de discursos

horrendos atrelados à propostas inumanas, eliminam forçosamente todo o arcabouço civilizacional que garante autonomia, direitos e liberdade individual aos seres humanos.

1. – Visão de Hannah Arendt

A filósofa judia Hannah Arendt, grande crítica do nazi-fascismo e do stalinismo, diz que para instaurar um regime totalitário, os líderes aproveitam de um estágio do corpo social, denominado por Arendt (1989) como "sociedade atomizada", para “incluir” no “todo unitário e unívoco”, todos os indivíduos ainda não-alinhados à uma organização política, social ou cultural existente. Isso desencadeia no relativo e indefinido conceito de interesse das massas, o que parece ser apenas a soma de desilusões catalisadas por doses de fanatismo ideológico.

Para Arendt, o Totalitarismo também está vinculado à predisposição em que as massas possuem em construir *uma sociedade cujos membros ajam e reajam segundo as regras de um mundo fictício* (ARENDT, 1989, pág. 413). Ademais, a construção de mitos acerca de uma ideologia programática para explicar não somente o presente, mas também o passado e o futuro, são colocados em jogo com a finalidade de espraizar os conceitos ideológicos a fim de que estes edifiquem toda uma estrutura de poder. As propagandas realizadas pelo governo são de extrema importância para a disseminação da ideologia adotada, ou seja, essa combinação é essencial para as bases do Estado Totalitário. A ideologia adotada, nesses casos, sempre tendem a algo extremado que restringe o poder dos cidadãos e aumenta o do Estado, criando assim, uma relação de subordinação, a qual é originada por meio da violência atrelada ao terror (ARENDT, 1989).

Na formação do Estado Totalitário, além de todos os conceitos já expostos, pode-se utilizar de mais um preceito comentado por Arendt (1989), o “imperialismo”. A justificativa dos totalitários para a constante expansão territorial está vinculada ao sentimento de pertencimento. Por meio desse fator, os detentores do poder conseguem, através de discursos nacionalistas e expansionistas, colocar na mente dos indivíduos o sentimento de superioridade da nação, do partido ou da liderança específica.

A partir dessa espécie de doutrinação ocorrida pela restrição da capacidades humanas atreladas à liberdade de expressão e aos direitos individuais, os anseios dos totalitários são

materializados na ânsia expansionista. Tanto o nacionalismo exacerbado quanto a criação de divergências entre grupos sociais são estratégias que, embora tenham meios distintos, a finalidade é semelhante: a concentração do poder sustentado por uma ideologia totalitária, a qual é mantida por propagandas, guerras, conquistas e violência (ARENDT, 1989).

Para que um Estado Totalitário permaneça, o movimento constante em prol do expansionismo é essencial para manter o sistema através da massificação dos interesses e pela degeneração dos conceitos de patriotismo, o qual resulta em dominação e superioridade de um certo povo ou grupo sobre outros. As engrenagens que colocam o Estado Totalitário em pleno funcionamento são paradoxais à democracia liberal, logo são contrárias às liberdades individuais, aos direitos civis e aos direitos humanos.

Toda hierarquia, por mais autoritária que seja o seu funcionamento, e toda escala de comando, por mais arbitrário e ditatorial que seja o conteúdo das ordens, tende a estabilizar-se e constituiria um obstáculo ao poder total do líder de um movimento totalitário. Na linguagem dos nazistas, é o “desejo do Führer”, dinâmico e sempre em movimento – e não as suas ordens, expressão que poderia indicar uma autoridade fixa e circunscrita, que é a lei “suprema” num Estado Totalitário (ARENDT, 1989, pág. 414).

Arendt demonstra a importância da figura do líder no Totalitarismo. A vontade e as ordens estabelecidas por ele transcendem o critério formal da lei e extrapolam qualquer preceito vinculado à individualidade e à originalidade do ser humano. Esses líderes exerceram demasiado poder sobre suas nações por meio do que Arendt chama como “*totalitarização*” do movimento. (ARENDT, 1989, pág. 414).

Nesse contexto, os líderes de regimes totalitários buscam a coesão social por meios avessos (ARENDT, 1989). No Totalitarismo, esse processo é realizado por meio da alienação e do isolamento dos indivíduos, não concedendo a esses poder de decisão e reprimindo as liberdades por meio da intervenção massiva do Estado nos mais variados assuntos, os quais vão da economia à própria conduta e moral humana. Sendo assim, é possível dizer que a sociedade controlada pelos grilhões do totalitarismo é formada por blasfêmias que excluem, por completa, a noção de individualidade e livre-arbítrio, impondo aos cidadãos determinadas ordens a serem seguidas.

O medo, a desconfiança, a insegurança, a busca por mudanças, a não conformação com gradualismo dos fatos e a procura por soluções imediatas e simplistas fazem com que o espaço seja aberto para a edificação de um sistema totalitário, pois a maioria da população, em situações marcadas por crises agudas acompanhadas pela falta de perspectivas nas “mesmices”, sente-se amparada pela imagem e pelos discursos intensivos e marcantes dos líderes totalitários, os quais apresentam soluções para todos os problemas, mesmo que essas sejam, muitas vezes, uma distopia. Isso ocorreu na Alemanha no ano de 1933, quando os nazistas tornaram-se maioria no Parlamento (ARENDT, 1989).

Nesse cenário, os líderes, com apoio das massas e ansiosos por transformações estruturais, realizam projetos completamente distintos daqueles competentes à ordem democrática e, devido ao movimento constante do sistema (dado pelo imperialismo e pela coesão social de modo avesso) os preceitos totalitários são colocados em prática.

As massas acabam apoiando, de início, o sistema totalitário, estabelecendo com este uma relação de conformismo, identificação e amparo. Isso se deve a inúmeras razões, que vão desde a insegurança acompanhada pela descrença nas estruturas vigentes, até o “encanto” com as promessas e o cunho propagandístico dos líderes. Vale ressaltar que, no Totalitarismo, diferentemente das demais formas de teoria, a própria população, quando se vê em dificuldades e em uma situação alarmante, abandona esse sistema “distópico” e deixam de ser fanáticos apoiadores do Totalitarismo, mesmo que isso leve tempo e sangue. Este regime destrói a autonomia e individualidade humana (ARENDT, 1989).

Na ótica de Arendt, os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas, como um corpo unívoco e indivisível capaz de apoiar e seguir fielmente os anseios das lideranças, independentemente se o discurso dessas são em prol de um Império, Estado, nação, partido ou ideologia. No processo de implementação de um “objetivo grandioso, as propagandas totalitárias fazem com que haja adesão da população por se tratar de uma “causa maior”, sendo esta apenas a pretensão de modificar e superar algo já estabelecido (ARENDT, 1989). Todavia, o caráter “sacrossanto” da “causa comum”, do interesse coletivo e das vontades de todos não são compatíveis com a realidade dos fatos e com a essência livre e autônoma dos seres humanos. Na maioria das vezes, a característica marcante desses

movimentos é a crença em uma moralidade fictícia atrelada ao intransponível, ao inviável e, em última instância, ao fluxo contrário à essência livre e singular dos indivíduos.

O sucesso dos movimentos totalitários entre as massas significou o fim de duas ilusões dos países democráticos em geral e, em particular, dos Estados-nações europeus e do seu sistema partidário. A primeira foi a ilusão de que o povo, em sua maioria, participava ativamente do governo e todo indivíduo simpatizava com um partido ou outro. Esses movimentos, pelo contrário, demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente construir a maioria num país de governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceitas apenas por uma minoria. A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que as massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano de fundo para a vida política da nação. Agora, os movimentos totalitários demonstravam que o governo democrático repousava na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país. (ARENDT, 1989, pág. 362).

Os movimentos totalitários visam a supressão das liberdades individuais e da democracia a fim de promover a massificação dos interesses por meio da construção de uma sociedade, em tese, sem divergências devido à ausência de liberdade, de classes sociais e de agremiações, ou seja, desprovida de valores democráticos, liberais e históricos. Dessa forma, os múltiplos interesses não são representados na esfera social, uma vez que são sucumbidos à mística vontade dos que lideram o processo totalitário. Adolf Hitler, ao instaurar o III Reich, utilizou dessas ideias totalitárias atreladas à repressão e à centralização do poder nas mãos de um líder autoritário (ARENDT, 1989).

Para Arendt (1999), o mal praticado pelos líderes do nazismo, Hitler, Himmler e Goebbels, era um mal radical, ou seja, estava enraizado nessas lideranças e era praticado com um propósito bastante claro. Todavia, a própria Arendt (1999) desenvolveu o conceito de *banalidade do mal*, o que se difere do mal radical. Ao cobrir o julgamento de Adolf Eichmann, um oficial nazista de baixa patente, responsável pela logística do transporte dos judeus nos campos de concentração, ela afirmou que a maldade praticada por Eichmann não era a mesma de Hitler, uma vez que este formulou a ideia nazista e aquele apenas seguiu

ordens. No julgamento em Jerusalém, Eichmann, para se defender, disse que não transportara judeus para os campos de concentração por nutrir um sentimento antissemita e odiá-los, afirmou que apenas recebia ordens de seus superiores e cumpria com a hierarquia.

Segundo a autora, Adolf Eichmann, um dos principais organizadores dos extermínios realizados pelos nazistas, era uma pessoa que, embora tenha proporcionado malefícios imensuráveis para a humanidade, não possuía um caráter diabólico e profano, pois o mal que Eichmann praticava estava vinculado a um aparato jurídico e administrativo, ou seja, na concepção de Arendt, ele cumpria ordens de um sistema em plena vigência, o qual inverteu as noções do que era correto e humano (ARENDT, 1999). Adolf Eichmann praticava o mal banal, pois ele estava inserido em uma lógica própria de um regime totalitário. Ele escolheu ter segurança e cumprir uma função no aparato nazista. Mas a grande questão não estava na essência dele, e sim nos moldes das perversas leis do III Reich.

Diante disso, vale dizer que uma das grandes contribuições de Hannah Arendt acerca do tema totalitarismo, foi analisar o mal pelo viés político, e não pela ótica da moralidade. Isso possibilitou um maior entendimento sobre a ascensão dos regimes totalitários. Ao ser contemporânea do nazi-fascismo e do stalinismo, Arendt (1989) realizou amplas críticas a ambos. Ao considerar os regimes de Mussolini, Hitler e Stalin como totalitários, ela afirmou que estes são sistemas políticos que retiram direitos e liberdades individuais, além de soterrar os direitos humanos em prol da edificação de um Estado centralizador e interventor controlado por um líder autoritário, o qual mantém a ânsia expansionista e a violência a fim de justificar o regime.

1.2 – Perspectiva de Friedrich von Hayek

Na visão adotada por Hayek (1985), na obra *Direito, Legislação e Liberdade*, o autor constata que os regimes totalitários, ao neutralizarem o individualismo e a originalidade dos seres humanos, são completamente nocivos ao conceito de “ordem espontânea”. Este termo hayekiano remete ao surgimento de uma ordem social, ou seja, de uma civilização edificada com base na combinação de diversos interesses individuais dotados de autonomia e singularidade, os quais criam, de maneira natural, os múltiplos fatores que compõem a sociedade.

Para Hayek (1985), as ordens sociais resultam da ação humana, e não das intenções e planos de pessoas que ocupam o poder. Nessa concepção, é válido dizer que, a interação entre diversas perspectivas individuais, com o decorrer do tempo, tornam-se regularidades. Isso ocorre por meio da “ordem espontânea”, a qual não é programada, nem planificada, tampouco dirigida pelo poder central.

Segundo Hayek (1985), planejar as ações e os resultados da ordem social de acordo com os anseios dos tomadores de decisão, além de ser uma impossibilidade para os dons humanos, leva os indivíduos a cenários catastróficos, onde a liberdade e o próprio potencial de desenvolvimento pessoal são restringidos sistematicamente. No momento em que ideias coletivistas, planificadoras e autoritárias são praticadas, o fenômeno que Hayek denomina como “ordem espontânea” é rompido, abrindo espaço para a ascensão de regimes totalitários, sejam estes de direita ou de esquerda.

Sobre a significativa exclusão da individualidade, da originalidade e da liberdade de expressão no regimes totalitários, é possível dizer que, ao menos na contemporaneidade, as nações que não valorizaram esses conceitos tiveram grandes problemas no desenvolvimento sociopolítico e, o resultado disso, foi o esfacelamento do regime político e o caos social. Esse foi o caso da Alemanha Nazista e da URSS Stalinista, países os quais as explicações, as peculiaridades e os imbróglios serão explicados em capítulos posteriores. O que vale, nesse momento, é dizer que quando um governo, partido, líder ou grupo retira direitos como a liberdade, colocam a vida da população à mercê de ideias extremistas, edificando um regime totalmente incompatível com as ideias de liberdade e autonomia individual.

Nesse contexto, a palavra mais deturpada é, evidentemente, “liberdade”, um termo tão usado nos estados totalitários como em qualquer outro lugar. Pode-se mesmo dizer que, sempre que a liberdade que conhecemos foi aniquilada, isso se fez em nome de uma nova liberdade prometida ao povo. Tal constatação deve ajudar-nos a nos precaver contra as promessas de novas liberdades em troca das antigas (HAYEK, 2010, pg. 156).

Na obra *O Caminho da Servidão*, escrita pelo austríaco Friedrich August von Hayek, ganhador do Prêmio Nobel de economia em 1974, é enfatizado o ódio que os Fascistas sentiam pelo liberalismo, pois na visão deles, quanto mais a sociedade progredia e se desenvolvia em todos os aspectos, maiores regulações, intervenções e centralizações deveriam

ser feitas no intuito de manter uma ordem que, na maioria das vezes, era incompatível com a dinâmica social atrelada aos anseios individuais. Como já falamos, os valores da civilização ocidental, principalmente no que condizia a permanência de caráter evolutivo das democracias liberais, eram colocados em cheque pelos “engenheiros de almas humanas” (HAYEK, 2010).

O elevado nível de intervenção na vida das pessoas era algo intrínseco ao sistema socialista soviético. Como disse o economista austríaco Friedrich August von Hayek, o que realmente há nos regimes que expressam um caráter coletivista e totalitário, é *a organização intencional das atividades da sociedade em função de um objetivo social definido* (HAYEK, 2010, p.75). Hayek demonstra que, nesses regimes, o ideal de bem comum sempre substituirá o individualismo, incrementando o poderio estatal de forma impetuosa. O *modus operandi* do Nazi-Fascismo, assim como o da URSS continha todos esses elementos, os quais norteavam o as práticas totalitárias:

Os vários gêneros de coletivismo – comunismo, fascismo etc. – diferem entre si quanto ao fim para o qual pretendem dirigir os esforços da sociedade. Todos eles, porém, se distinguem do liberalismo e do individualismo por pretenderem organizar a sociedade inteira e todos os seus recursos visando a essa finalidade única e por se negarem a reconhecer esferas autônomas em que os objetivos individuais são soberanos. O “objetivo social” ou o “propósito comum” para o qual se pretende organizar a sociedade costuma ser vagamente definido como o “bem comum”, o “bem-estar geral” ou o “interesse comum”. Não é necessário muito esforço para se perceber que esses termos não estão suficientemente definidos para determinar uma linha específica de ação. O bem-estar e a felicidade de milhões não podem ser aferidos numa escala única de valores (HAYEK, 2010, p.75).

Hayek (2010) demonstra que ideias e práticas coletivistas, estatistas e autoritárias são extremamente prejudiciais para o desenvolvimento político e social de um país. Ao se basear nos valores liberais da livre-iniciativa e da individualidade, Hayek (2010) deixa claro o quão perverso são os Estados Totalitários, uma vez que estes aniquilam os indivíduos e, por conseguinte, a originalidade e a singularidade dos seres humanos, pois estes, em sistema totalitários, apenas obedecem ordens advindas do Estado, o qual estipula um determinado padrão de moral, pensamento e comportamento.

O estado deixa de ser peça de um mecanismo utilitário destinado a auxiliar as pessoas desenvolverem sua personalidade individual para tornar-se uma instituição “moral” – “moral” não em contraposição a imoral, mas no sentido de uma instituição que impõe aos que a ela se acham subordinados suas ideias sobre todas as questões morais, quer essas ideias sejam morais, quer altamente imorais. Nesse sentido, o estado nazista ou qualquer outro estado coletivista é “moral”, ao passo que o estado liberal não o é (HAYEK, 2010, p.92).

Os planejadores de política nos Estados Totalitários visam o exacerbado controle das atividades econômicas e dos aspectos morais da sociedade. A centralização de todas as decisões nas mãos do Estado se torna uma realidade e, a partir disso, a alocação dos recursos são, nas palavras de Hayek (2010), “socialmente dirigidos”, servindo finalidades pré-estabelecidas pelos tomadores de decisão.

A necessidade de semelhantes doutrinas oficiais, como instrumento para dirigir e congregar os esforços do povo, foi claramente prevista pelos diferentes teóricos do sistema totalitário. Todos eles baseiam-se necessariamente em pontos de vista pessoais sobre fatos, elaborados e transformados depois em teorias científicas, de modo a justificar uma opinião preconcebida (HAYEK, 2010, pg. 156).

Os Estados Totalitários, atribuem um novo código moral para a sociedade, não reconhecendo a multiplicidade de valores, ideias e pensamentos. Isso pode ser visto em Hayek (2010, p.76), que “pressupõe, em suma, a existência de um código ético completo, em que todos os diferentes valores humanos estejam colocados em seu devido lugar”. Contudo, sabemos que não há universalidade no que se diz respeito à questão da moral e dos princípios, pois cada civilização possui as próprias peculiaridades e cada indivíduo é único e original.

Na concepção daqueles que lideram os Estados Totalitários, vale lembrar que as ideias de Hayek não são levadas em conta, uma vez que, nesses regimes, o coletivismo substitui o individualismo. O coletivismo, em regimes como o de Mussolini, Hitler e Stalin, é atribuído às mais diversas esferas do corpo social, a exemplo das questões morais, sociopolíticas e econômicas. Tudo depende de um planejamento central, fruto de um Estado extremamente dirigista (HAYEK, 2010).

Mas quando todos os meios a ser empregados pertencem à sociedade e devem ser usados em nome desta, de acordo com um plano unitário, é

preciso que todas as decisões referentes às medidas a serem adotadas fiquem submetidas a uma perspectiva “social”. Num mundo como esse, não tardaríamos a descobrir que nosso código moral está cheio de lacunas (HAEYK, p. 76).

No excerto acima, Hayek (2010) demonstra que, em regimes coletivistas, há uma extrema dependência do poder central, o qual é responsável por realizar “planos nacionais” de caráter “social” a fim de penetrar as ideias totalitárias na sociedade e na política. Isso ocorre através de elementos autoritários que são inseridos no governo, como a restrição das liberdades individuais e civis, deixando os cidadãos à mercê das vontades dos líderes totalitários.

O aspecto trágico do pensamento coletivista é que, ao tentar tornar a razão a instância suprema, acaba destruindo-a por interpretar de forma errônea o processo do qual depende o desenvolvimento dessa mesma razão. Pode-se dizer, com efeito, que o paradoxo das doutrinas coletivistas, e de sua exigência de controle e planejamento “consciente”, reside no fato de que elas levam inevitavelmente à necessidade de que a mente de um indivíduo venha a exercer o domínio supremo – enquanto a atitude individualista em face dos fenômenos sociais é a única que nos permite reconhecer as forças supra-individuais que regem a evolução da razão. O individualismo é, assim, uma atitude de humildade diante desse processo social e de tolerância para com as opiniões alheias, sendo a negação perfeita da arrogância intelectual implícita na ideia de que o processo social deva ser submetido a um amplo dirigismo (HAYEK, 2010, p. 162).

Segundo Hayek (2010), os totalitários condenam toda atividade humana que não possui um propósito coletivo, sendo este, na visão totalitária, algo que realmente possui um objetivo comum, o qual é “socialmente consciente”. Tanto os nazifascistas quanto os comunistas são contrários ao elevado grau de expressão individual na qual não há um propósito coletivista. Nessa ótica, as atividades devem possuir uma justificativa social atrelada à ideia de bem comum. A liberdade intelectual é restringida e substituída por ideias coletivistas e estatizantes, as quais são ligadas a uma visão de mundo bastante próxima do autoritarismo (HAYEK, 2010, p. 159).

O fato mais alarmante, talvez, é que o desprezo pela liberdade intelectual não surge apenas depois que o sistema totalitário já se estabeleceu mas pode ser observado em toda parte, entre intelectuais que abraçaram uma doutrina

coletivista e que são aclamados como líderes do pensamento (HAYEK, 2010, p. 160).

Para Hayek (2010), os regimes totalitários visam impor uma determinada ideologia ao povo. Nesse processo, os tomadores de decisão utilizam do Estado para controlar a sociedade. O “dirigismo estatal” e o “planejamento central” são capazes de fazer com que o pensamento da população seja conivente com os princípios impostos pelo Estado.

A ideia de Hayek (2010) é que todas as formas de governos pautadas no coletivismo atrelado ao intervencionismo exacerbado, são capazes de levar o país ao totalitarismo. Seja fascismo, nazismo ou socialismo, o economista austríaco comenta que esses regimes marcados pela excessiva intervenção e planificação estatal em todos os setores da sociedade é algo extremamente prejudicial à liberdade individual. Não é possível um grupo seletivo de pessoas saber o que é melhor para cada indivíduo em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, fazendo com que os dirigentes, ao objetivarem o planejamento da nação, utilizem de métodos coercitivos e violentos a fim de imporem as próprias vontades.

Portanto, os regimes totalitários rompem com a ordem espontânea oriunda das trocas voluntárias entre indivíduos e grupos, dizimando os direitos civis, as liberdades individuais e a livre-iniciativa dos cidadãos. Eles não entendem que o conhecimento está disperso na sociedade, ou seja, o descarte da ordem espontânea em prol da edificação da ordem programática, é um ato fadado ao fracasso devido à impossibilidade prática dos dirigentes em saber, a todo instante, o que é melhor para cada indivíduo ou grupo. Em Hayek (2010), temos a ideia de que os regimes totalitários são caracterizados pelo extensivo uso da violência atrelada à natural incapacidade administrativa dos líderes, o que acarreta no esfacelamento das liberdades individuais e na falência das nações.

1.3– Ideia de Václav Havel

Para entendermos as ideias de Václav Havel sobre o totalitarismo, precisamos de uma prévia acerca da vida desse homem. Havel foi um escritor, dramaturgo e político tcheco. Foi um dos principais líderes da Revolução de Veludo, derrubando o regime totalitarismo de extrema-esquerda da Tchecoslováquia de modo pacífico. Ele ocupou o cargo de Presidente da Tchecoslováquia durante os anos de 1989 e 1992, sendo o primeiro e único chefe de estado da

história do país após a queda do comunismo no local, pois em 1993, as pressões dos eslovacos situados no país resultou na divisão pacífica da região em dois países: República Tcheca e Eslováquia. Havel, diante desse acontecimento, foi eleito o primeiro Presidente da República Tcheca, seu país de origem (PONTUSO, 2004, p. 8).

O líder tcheco, ao ocupar o cargo máximo da nação durante os anos de 1993 à 2003, foi responsável pelas reformas estruturais do país. No âmbito político, Havel foi quem conduziu tanto a Tchecoslováquia quanto a República Tcheca para os rumos da democracia liberal, afastando do país os preceitos totalitários outrora impostos pelos soviéticos. Havel também liderou as reformas econômicas, priorizando a construção de uma economia de mercado através de privatizações e abertura comercial (PONTUSO, 2004).

As ações de Havel, um homem que lutou contra o totalitarismo de extrema-esquerda, concederam à República Tcheca um novo status enquanto Estado Nacional. O país, em 1999, integrou-se à OTAN, em 2004 à União Europeia e à OCDE e, por fim, ao Espaço Schengen no ano de 2007. O Banco Mundial considerou a República Tcheca um país desenvolvido e, desde 2009, o IDH tcheco está na categoria “Desenvolvimento Humano Muito Alto”, o que é um excelente sinal para um país que foi sucumbido pelo poder da URSS durante quatro décadas (RADIO PRAGUE INTERNATIONAL, 2006; UNDP, 2019).

Mas as grandes melhorias no país de Havel são, historicamente, recentes. A nação que hoje conhecemos como República Tcheca foi alvo do autoritarismo durante os anos de 1948 até 1989. O país situado no Leste Europeu foi zona de influência do regime soviético, compondo o que Winston Churchill denominou como “Cortina de Ferro”. Diante disso, aspectos relacionados à democracia liberal foram substituídos pelas ideias autoritárias e coletivistas dos soviéticos. O Castelo de Praga, sede do poder tchecoslovaco, apenas seguia a cartilha do Kremlin.

Havel, por ter vivido em um regime ditatorial e ter sido uma das principais figuras que defendiam a democracia liberal, foi capaz de nos explicar acerca de aspectos do totalitarismo em seu ensaio *The Power of the Powerless* (1978), *O Poder dos Sem Poder*. Nesse texto, Havel fez uma profunda análise sobre a maneira em que os governos comunistas/socialistas funcionavam na prática. Para o autor, esses sistemas totalitários vão além das ditaduras comuns (HAVEL, 1978, p.5).

É possível enxergar em Havel (1978) que os regimes totalitários contemplam elementos ditatoriais e ainda possuem algumas especificidades. Para Havel (1978), uma ditadura comum é caracterizada pelo uso da violência atrelada à mecanismos institucionais capazes de manipular os cidadãos, subordinando-os aos interesses dos líderes. Ao estabelecer uma ditadura, os indivíduos são despossuídos de qualquer atributo garantidor de liberdade de pensamento e expressão, tornando apenas uma espécie de massa amorfa predisposta a satisfazer os anseios das lideranças políticas. As ditaduras são mantidas através de uma atmosfera de excitação revolucionária, heroísmo, dedicação e violência (HAVEL, 1978, p.5).

Os regimes totalitários, segundo Havel (1978), incorporam esses atributos presentes nas ditaduras comuns e acrescentaram ideias originais. Uma dessas especificidades do totalitarismo é que esses sistemas utilizam de uma ideologia extremamente precisa e estruturada em termos de poder, aproximando do que Havel denominou como “religião laica”. Na concepção do autor tcheco, o *modus operandi* dessa ideologia deve ser compreendido por todos os indivíduos, de modo que ela penetre na sociedade (HAVEL, 1978). A estrutura de um governo totalitário, assim como o fato de que este falsifica as verdades, pode ser vista no excerto abaixo:

The use of power to manipulate is called the public control of power, and the arbitrary abuse of power is called observing the legal code; the repression of culture is called its development; the expansion of imperial influence is presented as support for the oppressed; the lack of free expression becomes the highest form of freedom; farcical elections become the highest form of democracy; banning independent thought becomes the most scientific of world views; military occupation becomes fraternal assistance. Because the regime is captive to its own lies, it must falsify everything. It falsifies the past. It falsifies the present, and it falsifies the future. It falsifies statistics. It pretends not to possess an omnipotent and unprincipled police apparatus. It pretends to respect human rights. It pretends to persecute no one. It pretends to fear nothing. It pretends to pretend nothing (HAVEL, 1978, p.9).

O uso do poder para manipular é chamado de controle público do poder, o abuso arbitrário do poder é chamado de observação do código legal; a repressão da cultura é chamada de desenvolvimento; a expansão da influência imperial é apresentada como apoio aos oprimidos; a falta de liberdade de expressão se torna a mais alta forma de liberdade; eleições ridículas tornam-se a forma mais eficaz de democracia; banir o pensamento

independente torna-se a mais científica das visões de mundo; ocupação militar torna-se assistência fraterna. Como o regime é cativo de suas próprias mentiras, deve falsificar tudo. Falsifica o passado, o presente e o futuro. O regime falsifica as estatísticas. Ele finge não possuir um aparato policial onipotente e sem princípios. Pretende respeitar os direitos humanos. Ele finge não perseguir ninguém. Finge não temer nada. Ele finge não fingir nada (TRADUÇÃO).

O totalitarismo falsifica a verdade e os fatos, tornando-os coniventes aos líderes. As nomenclaturas também são modificadas a fim de soarem em uma perspectiva mais “humana”, “pública” e “social”. Os indivíduos vivem em um ambiente marcado por mentiras, uma vez que estas são essenciais para a ocultação da realidade e, conseqüentemente, para a legitimação do poder totalitário. Ao viverem inseridos nesse sistema e aceitarem as mentiras, os cidadãos colaboram para a institucionalização do regime (HAVEL, 1978, p.9).

Para explicar o funcionamento dos regimes totalitários, Havel (1978) utiliza o exemplo do verdureiro que exibe em seu comércio a frase “Trabalhadores do Mundo Uni-vos”, um dos grandes símbolos do marxismo. Para o autor, o verdureiro, não possui a intenção de demonstrar entusiasmo em relação ao sistema político, é a verdadeira expressão da submissão ao regime totalitário (HAVEL, 1978, p.6). O verdureiro não expressa a própria opinião, pois um indivíduo que vive em um regime totalitário, deve estar apto para aceitar as mentiras propagadas pelos líderes. Desse modo, a não exibição do ideal comunista poderia acarretar na perseguição do verdureiro, e este seria visto como um traidor do movimento.

O verdureiro, ao realizar propagandas favoráveis ao regime político através da frase estampada em uma faixa, consegue levar uma vida mais harmônica e tranquila dentro do sistema totalitário, uma vez que ele apresenta, mesmo que aparentemente, uma posição favorável ao molde do sistema. Esse pequeno detalhe é capaz de prover segurança e uma relativa paz a esse trabalhador, o qual não será denunciado nem reprimido pelos aparatos arbitrários do Estado (HAVEL, 1978, p. 6-7).

The slogan is really a sign, and as such it contains a subliminal but very definite message. Verbally, it might be expressed this way: “I, the greengrocer XY, live here and I know what I must do. I behave in the manner expected of me. I can be depended upon and am beyond reproach. I am obedient and therefore I have the right to be left in peace.” This message, of course, has an addressee: it is directed above, to the greengrocers superior,

and at the same time it is a shield that protects the greengrocer from potential informers. The slogans. real meaning, therefore, is rooted firmly in the greengrocers existence. It reflects his vital interests. But what are those vital interests? (HAVEL, 1978, p.7)

O slogan é um verdadeiro sinal e, como tal, contém uma mensagem subliminar, mas definitiva. Verbalmente, pode ser expressa da seguinte maneira: Eu, o verdureiro XY, moro aqui e sei o que devo fazer. Eu me comporto da maneira esperada. Posso ser independente e estou além da censura. Sou obediente e, portanto, tenho o direito de ser deixado em paz. Claramente, essa mensagem possui um destinatário: é direcionada aos verdureiros superiores a este e, ao mesmo tempo, é um escudo capaz de proteger este verdureiro de potenciais informantes. O real significado dos slogans está firmemente enraizado nos varejões, refletindo os interesses vitais dos verdureiros. Mas quais são, de fato, esses interesses vitais? (TRADUÇÃO).

Os verdureiros, assim como os demais trabalhadores, escondem-se atrás da ideologia propagada pelo Estado. Havel (1978) mostra que a verdadeira preocupação desses cidadãos é estar em segurança, evitando a fúria do Estado totalitário. As propagandas refletem as “intenções do Estado” e não as reais “intenções dos indivíduos”. Nos regimes totalitários, há uma grande contradição no que condiz aos interesses públicos e privados, uma vez que o Estado de caráter dirigista e coletivista é o único ente detentor de poder e, assim, impõe as próprias ideologias sobre os demais integrantes do corpo social (HAVEL, 1978).

O objetivo dos regimes totalitários não é apenas a mera preservação do poder nas mãos de uma elite política. Para preservar o sistema nas bases totalitárias, os líderes também constroem uma espécie de automatismo para o regime, de modo que este se torne algo natural e aceitável pelos indivíduos, legitimando o sistema (HAVEL, 1978, p.9).

A fim de consolidar o automatismo do regime totalitário, os líderes edificam um arquétipo sistemático repleto de mentiras, distorções e elementos coercitivos. Censura, perseguições e violência são comuns nesse contexto. Mas o principal ponto exposto por Havel (1978) é a ideologia do regime. Esta se torna um importante componente do poder totalitário, sendo extremamente útil para a construção do que o autor denominou como “mundo de

aparências”. A ideologia adotada pelos líderes se torna o ponto central do regime totalitário. Isso ocorreu, principalmente, na URSS, onde a ideologia marxista e bolchevista se tornaram imperativas em relação à organização política, social, econômica e cultural do país. Nota-se que, nas palavras de Havel (1978, p.11), o poder servia a ideologia, uma vez que esta garantia a consistência do regime.

It can be said, therefore, that ideology, as that instrument of internal communication which assures the power structure of inner cohesion is, in the posttotalitarian system, some thing that transcends the physical aspects of power, something that dominates it to a considerable degree and, therefore, tends to assure its continuity as well. It is one of the pillars of the systems external stability. This pillar, however, is built on a very unstable foundation. It is built on lies. It works only as long as people are willing to live within the lie (HAVEL, 1978, p.13-14).

Pode-se dizer que a ideologia, enquanto instrumento de comunicação capaz de assegurar as estruturas de poder no sistemas totalitários, é algo que transcende os aspectos físicos do poder, algo que domina em um grau considerável e tende a assegurar a continuidade do regime. É um dos pilares da estabilidade do sistema. Esse pilar, contudo, é construído sobre uma base instável. É construído sobre mentiras. Funciona apenas enquanto as pessoas estiverem dispostas a viver dentro da mentira.

O poder, com o tempo, torna-se automático, de modo que o regime é seguido conforme as ideias pré-estabelecidas e os indivíduos são sucumbidos pelas ideias autoritárias sem que haja necessidade de uma repressão massiva, pois as mentiras são capazes de assegurar o sistema. Como foi dito, após a institucionalização do sistema, o automatismo atrelado à ideologia são capazes de anonimizar, desumanizar e justificar o poder totalitário. Os indivíduos, enquanto isso, são dissolvidos nesse processo (HAVEL, 1978, p.12).

Mas como disse Havel (1978), o ponto fraco dos regimes totalitários é a mentira, pois ela só funciona enquanto os indivíduos estiverem dispostos a viver conforme os ideais do Estado totalitário. A partir do momento em que os cidadãos não mais ocultarem as próprias vontades, parando de seguir as imposições estatais e abrindo mão de uma falsa noção de segurança em prol do direito à liberdade, o regime totalitário tende ao enfraquecimento e, posteriormente, à ruína (HAVEL, 1978).

Para Havel (1978), um regime totalitário só pode ser derrubado quando os indivíduos recusarem viver sob as mentiras propagadas pelos líderes. O estabelecimento de uma sociedade livre e democrática só pode ser iniciado a partir da ótica cívica, de modo que os cidadãos recusem dar poder e voz a slogans, propagandas e ideias totalitárias presentes no sistema. Ao não acatarem as falácias divulgadas pelos totalitários, aos poucos os indivíduos começam a iluminar o ambiente, revelando que os cidadãos comuns, ou seja, os “sem poder”, possuem poder para iniciar um processo gradual de transformações sistemáticas.

Ao viverem com base na verdade, os indivíduos diferenciam-se da cultura totalitária difundida pelo Estado. Ademais, vale ressaltar que, segundo Havel (1978), isso é possível de ser feito, uma vez que nem o mais totalitário dos Estados é capaz de controlar todos os aspectos e preferências da vida dos cidadãos, os quais originais e autônomos. O autor tcheco argumentou que o indivíduo que anseia por liberdade, verdade e dignidade humana jamais é reprimido por completo, pois eles carregam responsabilidade e vontades próprias, mesmo que estas sejam paradoxais aos ideias do Estado Totalitário.

Václav Havel, ao ser um entusiasta dos direitos civis, lutou contra a ditadura de seu país de forma pacífica. Ele foi porta voz da Carta 77, que foi um grupo de resistência ao regime composto por cidadãos compromissados com o reestabelecimento da democracia no país através de vias pacíficas. Por meio da Carta 77, Havel e os que se opunham ao regime, pediam aos dirigentes comunistas de seu país que respeitassem os princípios de direitos humanos presentes nos Acordos de Helsinque, visto que a Tchecoslováquia era signatária (PONTUSO, 2004, p. 6).

Em 1989, manifestantes tchecoslovacos liderados por Havel foram para as ruas de Praga demonstrar insatisfação com o regime comunista do país. O povo ansiava por reformas liberalizantes, pediram o fim da censura à imprensa, revigoraram pela abertura política, acabando com o unipartidarismo e, além disso, queriam uma transição para a economia de mercado, colocando fim nas estruturas estatizantes e planificadoras da economia de viés bolchevista. Esse movimento ficou conhecido como Revolução de Veludo (PONTUSO, 2004, p. 10).

Havel manteve sua posição calma e agiu de maneira gradual e cívica até derrotar seus oponentes. De forma pacífica, acordos foram feitos e o regime comunista da Tchecoslováquia

ecloidiu. Havel assumiu a Presidência do país com base em seus próprios ideais, defendendo valores como direitos humanos, democracia, pacifismo, liberalismo político, economia de mercado. Princípios políticos os quais são extremamente paradoxais aos regimes totalitários. O maior legado de Havel foi ter deixado uma espécie de responsabilidade cívica para a Sociedade Internacional do pós-Guerra Fria (PONTUSO, 2004).

2. O CATACLISMO VISCERAL

O Fascismo era triunfantemente antiliberal (HOBBSAWM, 1994, pág. 122).

Nesse capítulo será tratado acerca dos elementos que compõem o Fascismo e o Nazismo, explicando como esses sistemas estão atrelados ao viés totalitário. Uma abordagem histórica acompanhada de considerações relacionadas à ciência política e à economia também serão de bom grado para a análise desses fenômenos demasiadamente relevantes no século XX. Entenderemos o porquê do surgimento e da ascensão de ambos, as principais ideias, o modo no qual foram aplicados, as consequências para a Sociedade Internacional e os impactos sociopolíticos durante o período Nazi-Fascista.

A utilização de uma perspectiva pautada nas ideologias políticas do período entre guerras, o conhecimento acerca do esfacelamento do liberalismo político, da queda de regimes democráticos e o colapso do mercado financeiro com o advento da crise de 1929 serão a fatores indispensáveis para a análise do surgimento do Fascismo na Itália, na Alemanha e em demais países que incorporaram essas ideias a fim de moldar a sociedade na forma de um “feixe com varas”. O capítulo demonstrará, a partir dos elementos mencionados, os motivos da ascensão de uma das formas de totalitarismo presente no século XX.

2.1 – Significado e Implicações do Fascismo

No artigo *The Doctrine of Fascism, 1932, A Doutrina do Fascismo*, escrito pelo próprio Benito Mussolini juntamente com Giovanni Gentile, as reais pretensões do fascismo são expressadas enquanto ideologia. Na concepção do Duce, o fascismo não é apenas um sistema de governo, mas também um sistema de pensamento atrelado a uma moral específica capaz de conduzir a vida da população. Esse modo de enxergar a realidade diferencia-se imensamente das doutrinas estabelecidas nos séculos XVIII e XIX, visto que fazem um contraponto aos ideais iluministas. Enquanto o Iluminismo enaltecia o indivíduo e a liberdade, o Fascismo visava a maximização do Estado e da ordem, em prol da construção de uma sociedade coesa, ausente de divisões políticas e de luta de classes (MUSSOLINI, 1932).

A ideologia fascista foi representada, simbolicamente, pelo feixe de varas, do italiano, *fascio littorio*, amarradas em torno de um machado. Inspirado na República Romana, Benito Mussolini, Duce da Itália, provavelmente escolheu esse símbolo para o movimento no qual

liderou a fim de demonstrar autoridade e poder, assim como os oficiais romanos na Antiguidade. As varas atreladas entre si fazem referência à união, à harmonização dos interesses e à prevalência da ordem acima de tudo. O feixe mostra a ideia de um Estado unívoco, centralizador e coletivista, indo em direção à uma sociedade coesa e uniforme, capaz de dar significado à vida da população por meio de ideias revolucionárias. Os facistas mobilizavam as massas de baixo para cima, buscando novos fins (HOBSBAWM, 1994, p.121).

Na concepção fascista acerca da natureza humana, a essência do homem está atrelada à capacidade na qual este possui em contribuir como agente social, o que é considerado uma virtude de um processo espiritual. As liberdades individuais apenas são aceitas quando o anseio de um determinado indivíduo coincide com o interesse do Estado, ou seja, é uma falsa noção de liberdade de pensamento e ação. O Fascismo pode aniquilar o indivíduo em nome do Estado, da nação e da ideia de “bem-comum”. Isso explica o caráter antiliberal do sistema/ideologia fascista, visto que os interesses do Estado já representam a vontade, de forma una e indivisível na visão fascista (MUSSOLINI, 1932).

Uma multidão unificada por uma ideia e embutida em uma maneira de viver, de exercer poder, de consciência e de personalidade (Mussolini, 1932, pág. 2). O Fascismo é um modo de coletivização do pensamento, no qual o indivíduo torna-se eternamente submisso ao Estado e, este, por sua vez, ao ser totalitário quando atrelado ao sistema fascista, tende a utilizar de métodos repressivos para manter indissociável o feixe de varas, garantindo a união em prol da nação por meio do não reconhecimento ao que se refere às liberdades e direitos individuais.

A importância concedida aos elementos de nação, moral e ordem em detrimento da liberdade, encaminha a população à servidão. O povo, na condição de servo, acata e vangloria os feitos dos líderes totalitários. Alguns regimes totalitários são estabelecidas por meio de golpes, por exemplo, o "Fascismo na Península Ibérica", liderado por Francisco Franco na Espanha e por Salazar em Portugal. Já outras são pelo endurecimento do regime em um cenário no qual o líder chega ao poder por vias legais, como no caso de Benito Mussolini e de Adolf Hitler. Posteriormente, houve mudança de regime político, mas isso não antecedeu a obtenção do poder no caso italiano e alemão (HOBSBAWM, 1994).

Devido aos problemas estruturais do entre guerras, a população desses países aclamavam urgentemente por modificações no panorama. As ditaduras de extrema-direita, ao romper com o Liberalismo e repudiar o Marxismo, temendo um avanço deste último, uniu elementos essenciais para executar uma nova ideia, completamente distinta dos demais sistemas políticos e formas de governos experimentados nos séculos passados. O desespero das comunidades, fator extremamente compreensível na situação em que viviam, proporcionou um apoio incondicional no que diz respeito à sustentação de regimes autoritários. Nota-se um crescimento exponencial do extremismo político nas décadas de 1920, 1930 e 1940 (HOBSBAWM, 1994).

O Estado Fascista e o espriamento dessas ideias são grandes marcos desse acontecimento. Ao não reconhecer a existência de nada que abale a unidade, como grupos de pensamentos divergentes do *mainstream*, partidos políticos e sindicatos, a doutrina é colocada não somente como uma propositora das regras e das novas instituições, mas também como condicionadora da moral, da educação e do modo de vida dos cidadãos. Essa uniformização é necessária para que o Estado se transforme no símbolo máximo de união, justiça e força, o que garante legitimidade a esse agente na tomada de decisões (MUSSOLINI, 1932).

Por ser um regime/doutrina totalitária, o Fascismo nega o pacifismo. As explicações de Arendt (1989) acerca da necessidade de movimento constante nos regimes totalitários explica o porquê da eterna condição belicosa que maximiza os riscos em prol das conquistas. *O Fascismo acredita em santidade e heroísmo (MUSSOLINI, 1932, p. 5)*. O dever, a morte por uma causa e o enaltecimento da nação fazem parte do arcabouço teórico, do *modus operandi* e do *modus vivendi* fascista (MUSSOLINI, 1932).

Fascismo é definitivamente e absolutamente oposto às doutrinas liberais, igualmente na esfera política e econômica (MUSSOLINI, 1932, p. 6). Na percepção de Mussolini, enquanto o século XIX, foi o período no qual a concepção de indivíduo foi valorizada, o século XX fundava a era do Estado, do coletivismo. Ente capaz de controlar todas as turbulências sociais e as divergências políticas, uma vez que, por meio da edificação de uma “República Autoritária”, esta se deve ao fato do Fascismo estar inserido no dilema entre Monarquia e República, os líderes fascistas cercearam as liberdades da população em prol da coesão social, da identidade e da ordem, através de um viés corporativista, militarista e imperialista. A visão

antiliberal e contrária às instituições que regulam e dividem o poder pode ser vista no excerto abaixo:

O hitlerismo chega mesmo a se definir o protetor do cristianismo, e o mais terrível é que esse grosseiro equívoco consegue ainda causar alguma impressão. Mas um fato se destaca com perfeita clareza em toda essa confusão: Hitler jamais pretendeu representar o verdadeiro liberalismo. O liberalismo tem a honra de ser a doutrina mais odiada por Hitler (HEIMANN, 1941 apud HAYEK, 2010, p. 52).

Não é estranho dizer que a concepção de democracia para os apoiadores da doutrina do Duce era péssima. Consideravam os princípios de liberdade e igualdade algo completamente ignóbil no que dizia respeito à organização do Estado. Em detrimento dos valores democráticos, o Estado fascista se colocava não apenas como um instituição capaz de oferecer segurança, prosperidade e boas condições de vida aos cidadãos, mas também era considerado uma entidade ética e espiritual capaz de prover justiça e organizar o país política e economicamente. Tudo estava dentro do Estado, a forma de organização política, o planejamento econômico e, principalmente, os atributos da moral praticada. A ideia de indivíduo foi substituída pela consciência de nação, uma forma de coletivização dos interesses esparsos (MUSSOLINI, 1932).

No caso italiano, o Estado e a Igreja possuíam controle de tudo que era ensinado e praticado. Além disso, ditavam a forma na qual a população iria lidar com as situações. Organizavam tudo que era estudado, ensinado e realizado (KERTZER, 2017). Dessa maneira, os interesses da Itália e da Santa Sé, de forma impositiva, eram espalhados para toda a população, a qual não possuía o direito de pensar por si própria, apenas seguiam um código moral imposto pelos que dominavam as esferas de poder. Sendo assim, os Estados fascistas podem ser considerados como a expressão do intervencionismo, do coletivismo e do corporativismo.

As consequências da Primeira Guerra Mundial alteraram os moldes da política internacional e doméstica, o cenário era de desemprego, inflação desenfreada e necessidade de reparos devido ao conflito bélico. Nesse contexto completamente distinto da era na qual os preceitos do Iluminismo e a crença no livre-mercado vigoraram, outras alternativas

começaram a surgir a fim de solucionar os diversos imbróglis presentes nos países que estiveram na posição de beligerante (HOBSBAWM, 1994).

A quebra da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929 colapsou a economia mundial, uma vez que os EUA saíram da Primeira Guerra Mundial como grandes credores, fato no qual estava transformando o país no epicentro econômico do mundo. Esse evento reduziu a produção industrial norte-americana em um terço entre os anos de 1929 e 1931. Em relação à PEA (População Economicamente Ativa), 27% dos estadunidenses não possuíam emprego durante o ápice da crise (HOBSBAWM, 1994, p. 96). Mesmo nessas situações calamitosas, os EUA por serem uma nação na qual o federalismo e o constitucionalismo foram elementos cruciais na própria fundação do país enquanto um Estado Moderno, o fascismo não se configurou como uma ameaça real. Na Grã-Bretanha, de tradição liberal e na França, local que os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade tiveram força, não houve ascensão do Fascismo, embora todos os problemas do momento tenham sido fortemente presentes em ambos os países.

Para solver os infortúnios advindos da Crise de 1929, os Estados, segundo o renomado historiador britânico Eric Hobsbawm, possuíam três saídas para romper com os moldes do liberalismo clássico. No século XXI podemos dizer que duas eram de caráter revolucionário e outra de viés moderado e reformista. O estabelecimento do comunismo marxista, obviamente por meio de uma revolução, era uma opção, a social-democracia era outra, a qual visava uma releitura e reformulação do capitalismo, porém sem o rompimento do sistema. Essa ideia de capitalismo reformado foi bastante trabalhada pelo economista inglês John Maynard Keynes. A terceira opção era o Fascismo, proporcionado principalmente pela desconfiança em todas as estruturas liberais que balançaram após o cataclismo da Primeira Guerra Mundial, com a queda do liberalismo e devido ao colapso do sistema financeiro global (HOBSBAWM, 1994).

Para onde foram os Estados após a falência do Liberalismo Clássico entre as décadas de 1920 e 1930? Alguns tentaram a manutenção de alguns preceitos liberais, como no caso dos EUA, que nos governos de Franklin Delano Roosevelt, foi adotada a política do New Deal, de caráter reformista. Mesmo a Grã-Bretanha e a França, por terem estado no palco da guerra, não abandonaram os ideais liberais e democráticos, assim como os EUA, apenas revisaram-nos em termos econômicos e sociais. Todavia, outros caminharam ao encontro dos encantos

surreais e distópicos providenciados pelas falácias dos extremistas. A ânsia pela resolução quase que de modo espontâneo para os problemas atingiram algumas nações, como a Itália e a Alemanha, nações que são nosso objeto analítico nesse capítulo. Sobre a adesão do outro extremo, o Socialismo Real, as considerações ficarão para o próximo capítulo (HOBSEBAWM, 1994).

Um aspecto de suma importância para compreendermos a guinada do fascismo foi o fracasso da Liga das Nações alicerçada na ideia do liberalismo político. O Tratado de Versalhes, de 1919, pode ser visualizado como uma espécie de “colcha de retalhos”, ou seja, ausente de unidade e conexão entre os pontos acordados. Isso proporcionou uma desconfiança de parte dos tomadores de decisão e também da população, a qual não vislumbrava segurança e artifícios capazes de modificar o cenário para melhor, fazendo com que alternativas mais radicais fossem consideradas por ambas as partes (HOBSEBAWM, 1994). Do tratado lavrado como resolução dos conflitos da Primeira Guerra Mundial, foi implantada a Liga das Nações, organização internacional criada a partir da proposta de paz do então Presidente norte-americano Woodrow Wilson, a qual era baseada em catorze pontos:

- 1.º Pactos abertos (acordos) de paz a serem alcançados abertamente, sem acordos secretos;
- 2.º Livre navegação absoluta, além das águas territoriais, tanto na guerra como na paz, exceto quanto a liberdade de navegação fosse cessada, em parte ou no seu todo, por execução de pactos internacionais;
- 3.º Remoção de todas as barreiras econômicas e estabelecimento de igualdade de condições de comércio entre todas as nações consentâneas à paz e à sua manutenção;
- 4.º Redução das armas nacionais ao mínimo necessário à segurança interna;
- 5.º Ajustes livres imparciais e abertos às reivindicações das colônias;
- 6.º Evacuação das tropas alemãs da Rússia, e respeito pela independência da Rússia;
- 7.º Evacuação das tropas alemãs da Bélgica;

- 8.º** Evacuação das tropas alemãs da França, inclusive da contestada região da Alsácia-Lorena;
- 9.º** Reajuste das fronteiras italianas dentro de linhas nacionais claramente reconhecíveis;
- 10.º** Autogoverno limitado para o povo austro-húngaro;
- 11.º** Evacuação das tropas alemãs dos Balcãs e independência para o povo balcânico;
- 12.º** Independência para a Turquia e autogoverno limitado para as outras nacionalidades até então vivendo sob o Império Otomano;
- 13.º** Independência para a Polônia;
- 14.º** Formação de uma associação geral de nações, sob pactos específicos com o propósito de fornecer garantias mútuas de independência política e integridade territorial, tanto para os Estados grandes como para os pequenos.

Fonte: KISSINGER, 1996, p.171

Contudo, o projeto da Liga das Nações, organização associada aos parâmetros institucionais do liberalismo político, foi um fracasso no âmbito prático. Nem todos os países aderiram os pontos de Wilson. Havia uma certa dúvida dos demais líderes em relação à eficácia dos pontos de Wilson. Embora a intenção de dele visasse, como principal objetivo, a cooperação dos Estados por meio de uma instituição supranacional, o que predominou foi a descrença no institucionalismo, e mais uma vez os estados nacionais voltaram-se ao próprio interesse. Os Estados consideraram a própria segurança, preocuparam com a manutenção de suas estruturas internas (território, população e governo) e, por fim, não cumpriram com os pontos de Wilson (KISSINGER, 1996).

Mesmo diante do colapso da Liga das Nações, não podemos culpabilizar, por um lado, o idealismo de Woodrow Wilson, nem por outro, o pragmatismo e o desespero dos Estados. O Sistema Internacional, no período entre guerras, já não mais se sustentaria nos moldes clássicos do Liberalismo, o que corroborou para a ascensão de uma onda protecionista e, em alguns casos, autoritária. O rompimento com o Liberalismo, principalmente em termos políticos, foi uma grande ameaça para as democracias ocidentais, o que representou um abalo

nas estruturas do Sistema Internacional durante o período no qual o marechal francês, Ferdinand Foch, após o Acordo de Paz de Paris, denominou, de maneira brilhante, como “armistício de 20 anos”, datado entre 1919 e 1939 (KISSINGER, 1996, p.192).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi uma espécie de terremoto para o Sistema Internacional. A desarmonia dos acordos realizados em Paris foi um fator crucial para a continuação dos conflitos que volveram a conturbar o mundo no final da década de 1930. Os pontos de Wilson, até pelo momento no qual os Estados estavam incutidos durante as perturbações do entre guerras, não foram praticados, cedendo lugar à barreiras comerciais, o desejo no qual as potências europeias tinham em relação a uma possível aniquilação da Alemanha por meio de severas sanções, a violação da autodeterminação do povo austro-húngaro e a utilização da região dos Balcãs como zona de influência e projeção de poder (KISSINGER, 1996).

As conturbações das décadas de 1920 e 1930 atreladas à ânsia por modificações repentinas e completas que estava incutida em toda a sociedade, proporcionou uma realidade distante daquela postulada no Tratado de Versalhes. Os ventos sopravam para lados ainda mais obscuros e incertos, ausentes de gradualismo e repletos de extremismo. Em meio ao caos, novas percepções acerca da política emergiram e tomaram uma proporção inimaginável em um continente conhecido por ser a base da civilização. Já citamos os três rumos que, segundo Hobsbawm (1994), os países poderiam tomar para tentar estancar a sangria causada pelos elevados índices de desemprego associados à retração econômica na década de 1920. Trataremos, nesse momento, sobre o Fascismo:

“Morrer pela Pátria, pela Ideia! [...] Não, isso é fugir da verdade. Mesmo no front, matar é que é importante [...] Morrer não é nada, isso não existe. Ninguém pode imaginar sua própria morte. Matar é o importante. Essa é a fronteira a ser cruzada. Sim, esse é um ato concreto de vontade. Porque aí você torna sua vontade viva na de outro homem.” “Da carta de um jovem voluntário da República Social Fascista de 1943-5.” (PAVONE, 1991 apud HOBBSAWM, 1994, p. 113).

O excerto extraído de uma carta escrita por um apoiador do Fascismo demonstra claramente a belicosidade da ideia. O Totalitarismo está incutido e se faz imprescindível na prática dessa ideologia. O Fascismo é uma forma de Estado Totalitário e, nesse sentido, necessita da constante busca por conquistas territoriais, guerras e a manutenção de uma posição beligerante a todo instante. Assim como já foi dito no capítulo anterior, o movimento constante em busca da ampliação do poder é uma característica indissociável do Totalitarismo, pois estabelece um sentido para que a população “morra pela pátria e pela ideia” (HOBSBAWM, 1994, p.113).

Todo o alicerce construído no século XIX, ou seja, os preceitos liberais modernos enquanto um dos princípios norteadores das ações humanas, a importância dada à concepção de indivíduo, a crença nas instituições democráticas, as liberdades civis, o compromisso com os governos constitucionais traduzidos no império das leis e o direito inalienável à liberdade de expressão, pilares que asseguram as noções de cidadania na contemporaneidade, foram colocados em risco devido à ascensão do Fascismo. Este, por sua vez, consistia-se em um sistema antiliberal e antidemocrático. Além disso, o Fascismo também prega o anticomunismo, sendo totalmente contrários à luta de classes e às proposições de Marx e Lênin, uma vez que os fascistas utilizam do corporativismo estatal para cessar as disputas entre classes e setores sociais italianos (HOBSBAWM, 1994).

No início do século XX a Itália era assombrada por uma grave crise econômica. Além disso, vale ressaltar que o processo de unificação do país, assim como a industrialização, foram tardios. O sul do país continuava subdesenvolvido e predominantemente agrário, aumentando a lacuna existente com o norte da península. Diante de problemas estruturais de ordem política, social e econômica, contestações populares tornaram-se comum na Itália, o povo clamava por mudanças. Nesse contexto, partidos de extrema-esquerda ganharam força, o que preocupava os setores mais tradicionais da Itália, a exemplo do Rei Vitor Emmanuel III, dos industriais e da Igreja Católica. Outro fator importante para a época foi que o papado romano não aceitava ser submetido à monarquia italiana.

O país estava dividido e marcado por crises agudas, o que corroborou para a ascensão do fascismo. Ademais, vale dizer que a Itália, no cenário internacional, ao estar do lado das potências que venceram a Primeira Guerra Mundial, não foi contemplada no Tratado de

Versalhes na maneira que desejava, causando frustração e decepção nos italianos. O povo da Itália, assim como os políticos, sentiram-se traídos por Inglaterra e França.

Todos esses fatores foram essenciais para o surgimento do fascismo. Em um clima de total insatisfação, movimentos políticos se organizaram na Itália a fim de buscar melhorias para a nação. Um famoso movimento da época foi o *Fascio di Combattimento*, liderado pelo jornalista Benito Mussolini. Na visão deste homem, a Itália deveria retomar as glórias do passado, porém em um novo contexto que mesclava, ao mesmo tempo, ideias nostálgicas, revolucionárias, “futuristas” e pragmáticas.

O fascismo foi fundado em 1919 e, segundo Mussolini, o movimento “não possuía uma doutrina pronta, a doutrina era a ação”. Ao se consolidar na Itália em 1922, tornou-se um sistema político representado por um ditador que, através de um regime autocrático, priorizava a superioridade dos conceitos de Estado, nação, raça e poder sobre os valores individuais. O fascismo era contra a originalidade do ser humano. O regime de Mussolini nutria ódio pelos princípios iluministas, liberais e democráticos (HOBBSAWM, 1994).

Tendo em vista que o Fascismo surgiu como uma doutrina que objetivava a resolução dos marcantes imbróglis do período entre-guerras, pode-se dizer que essa ideia era algo completamente inovador e, curiosamente, de caráter revolucionário. Na visão dos fascistas, as bases do mundo liberal-democrático estavam arrasadas e não mais poderiam sustentar os países de maneira exitosa, e a saída pelo ideário da extrema-esquerda, a ditadura do proletariado, não era algo concebível para grande parte dos europeus ocidentais que se encontravam face a face com o colapso do Liberalismo. Nesse cenário catastrófico para o predomínio de instituições democráticas, os estadistas, principalmente aqueles de países unificados tardiamente por meio da guerra, a exemplo de Itália e Alemanha, ou daqueles ausentes de uma cultura democrática atrelada às fortes bases do liberalismo, como a Rússia, acabaram optando por um dos extremos: Fascismo ou Socialismo Real.

No caso do Fascismo, o rompimento com as instituições liberais e tradicionais causou um grande abalo à Sociedade Internacional. Essa doutrina pode ser considerada como revolucionária pelo fato de modificar as estruturas sociopolíticas em prol da edificação de algo, até certo ponto, inovador. Nas palavras de Hobsbawm (1994), os “revolucionários da contrarrevolução”, ou seja, os que aderiram o movimento fascista, ao “extinguir” o

liberalismo e não incorporar o marxismo, criaram uma nova doutrina que, embora tivesse semelhanças com outras formas de autoritarismo, apresentava peculiaridades e inovações.

Mas quais foram os reais motivos para os fascistas serem tão hostis ao Liberalismo e ao Marxismo? Como sabemos, o Fascismo representa a aversão aos métodos científicos que intitulavam a razão iluminista como principal atributo para o progresso humano, o que consolidava essa ideologia como uma verdadeira contraposição ao Iluminismo do século XVIII e aos alicerces das Revoluções Inglesa, Americana e Francesa. Essa característica do fascismo, como o anti-liberalismo e a desconfiança da ciência atrelada à racionalidade humana, aproximou os Estados Fascistas, principalmente o italiano, da Igreja Católica, instituição a qual, de modo convergente ao fascismo, era marcada também pela hostilidade ao espraçamento da autonomia humana em todas esferas sociais e no que dizia respeito ao cientificismo e racionalismo. Segundo Kertzer (2017), a proximidade nas ideias e, primordialmente, a necessidade de apoio e o anseio pela construção de uma nova sociedade, facilitou imensamente a resolução dos históricos impasses entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a República Italiana (HOBSBAWM, 1994; KERTZER, 2017).

O Duce Benito Mussolini aproveitou para dialogar com as lideranças católicas a fim de estabelecer um acordo benéfico para ambas as partes. Sendo assim, em 11 de fevereiro de 1929, a Itália e a Santa Sé assinaram o Tratado de Latrão, reconhecendo o Vaticano como um Estado Nacional dotado de soberania, autonomia, legitimidade e territorialidade. O Papa foi reconhecido como Chefe de Estado do Vaticano e o catolicismo tornou-se a religião oficial da Itália. Ademais, uma porção territorial pertencente à igreja foi cedida para Roma, mas a Santa Sé foi indenizada em um alto valor monetário (KERTZER, 2017).

Durante o Fascismo na Itália, foi possível observar que, Estado e Igreja estavam em uma interseção, pois havia demasiada influência de um sobre outro, ações traduzidas na forma de troca de interesses e apoio político. Consta-se aqui, o fato da religião, embora extremamente influente, ser um pano de fundo para a esfera que realmente dominava as negociações de ordem secular: a política. Os acordos e as alianças só foram realizadas devido às necessidades da época, na qual essas duas instituições, para se fortalecerem em prol de suas vontades e necessidades, deveriam estar em uma posição interdependente (HOBSBAWM, 1994, p.95).

Mussolini, a fim de manter o Estado e preservar o próprio poder e conquistar aliados, abriu concessões à Igreja Católica. Apesar da adoção de um certo tradicionalismo no pensamento, este não estava pautado nas mesmas perspectivas. O que consolidou esse elo foi a tentativa de impedir a reorganização das estruturas liberais-democráticas e uma possível ascensão do marxismo. Como já foi dito, as convergências ideológicas facilitaram a aproximação das duas instituições, mas o que realmente as interessava era o poder político, visto que este era o principal trunfo que estava em jogo (HOBSBAWM, 1994, p.95).

As trocas de interesses eram o fio condutor na relação entre Estado e Igreja na Itália. Isso pode ser observado pelo fato do catolicismo ter se tornado disciplina obrigatória no ensino italiano, a Igreja tinha poder de decisão sobre os assuntos educacionais, uma vez que o elo entre as duas instituições se consolidava por meio da concessão de favores na busca por um fim último, o poder. O Estado, seja pelo advento da Igreja, ou pela imposição das próprias ideologias, ditava a moral, a ética e reformulava o *modus vivendi* da sociedade, estipulando o que era correto e quais seriam as práticas mais eficazes para a manutenção daquela estrutura. As liberdades individuais, o gozo pela cidadania e a autonomia dos indivíduos, foram atributos dizimados pelos fascistas, os quais priorizavam a ordem, o militarismo, o coletivismo e a submissão da população a um líder e Estado de caráter “sacrossanto” (HAYEK, 2010).

No regime fascista, o intervencionismo estatal ocorria em todas as esferas da sociedade. A ânsia por transformações estruturais era notável, pois o cenário de guerra, a impotência e o esfacelamento institucional não era nada confortável, o que abriu espaço para mudanças bruscas. Mais uma vez o gradualismo foi substituído pelo radicalismo, rompendo a ordem espontânea da sociedade (HAYEK, 2010). Uma sociedade fragilizada e atomizada é mais propensa a apoiar um regime totalitário, visto que este promete o impossível, confortando a população. Esse era a realidade dos italianos durante o momento (ARENDT, 1989).

Ao falar de Fascismo, é praticamente impossível dissociar da ideia ligada ao sentimento de pertencimento. Isso estava relacionado diretamente com o enaltecimento da nação, englobando desde a população ao Duce, o que possibilitava a autoafirmação do Estado Italiano e até algumas empreitadas belicosas. Como Hannah Arendt no disse, um Estado

Totalitário deve permanecer em movimento constante para que a essência desse ente tenha sentido (ARENDT, 1989).

O Fascismo contou com o apoio do exército, da Igreja e da população, as massas eram mobilizadas de baixo para cima, o que demarca o Fascismo como uma doutrina revolucionária, concebendo a política como um "espetáculo". O Fascismo triunfou mais de vinte anos na Itália, além de ter influenciado a extrema-direita alemã, espanhola e portuguesa no período do entre guerras. Embora as peculiaridades entre as formas de praticar a ideia fossem visíveis, o fascismo nesses países, de forma convergente, pautava-se no seguinte arcabouço ideológico:

Os fascistas eram revolucionários da contrarrevolução: em sua retórica, em seu apelo aos que se consideravam vítimas da sociedade, em sua convocação a uma total transformação da sociedade. Do mesmo modo, embora o fascismo também se especializasse na retórica da volta ao passado tradicional, e recebesse muito apoio de classes e pessoas que teriam genuinamente preferido aniquilar o século anterior se pudessem, não era de modo algum um movimento tradicionalista. Enfatizava muitos valores tradicionais, o que é outro assunto. Os fascistas denunciavam a emancipação liberal – as mulheres deviam ficar em casa e ter muitos filhos – e desconfiavam da corrosiva influência da cultura moderna, sobretudo das artes modernistas, que os nacional-socialistas alemães descreviam como “bolchevismo cultural” e degeneradas. Contudo, os movimentos fascistas – o italiano e o alemão – não apelavam aos guardiões históricos da ordem conservadora, a Igreja e o rei, mas ao contrário buscavam complementá-los com um princípio de liderança inteiramente não tradicional, corporificado no homem que se faz a si mesmo, legitimizado pelo apoio das massas, por ideologias seculares e às vezes cultas. O passado ao qual eles apelavam era uma invenção. Suas tradições, fabricadas (HOBSBAWM, 1994, pág. 121).

Além de ser um movimento pautado pelo nacionalismo exacerbado atrelado a um sentimento antiliberal e anticomunista, o fascismo ofereceu ideias e práticas que visavam eliminar a desordem em prol da estabilidade sociopolítica. Eles eram contrários a tudo que abalasse a ordem, a coesão e o ideário de nação firmada no sentimento de caráter ufanista, características as quais fizeram com que a aversão ao liberalismo e ao marxismo fosse estabelecida. Embora o socialismo (marxismo-leninismo) fosse tão subversivo e repugnante

quanto o fascismo, um nutria ódio pelo outro. Os regimes totalitários são mais semelhantes que imaginamos, pois necessitam da criação de inimigos, falsificam os fatos e menosprezam a realidade. Os totalitários, em suma, pretendem manter o poder *ad aeternum*. Ideologias, alianças, discursos, doutrinação e populismo servem apenas como meios para a obtenção desse fim último (HOBSBAWM, 1994).

Para que a ditadura se consolide, fez-se necessário um apoio atrelado a uma espécie de legitimação e enaltecimento das lideranças autoritárias. Uma ditadura não surge do dia para a noite. Há todo um processo de fomentação da ideia. Independentemente dos meios que os ditadores adquirem o poder, em algum momento a população aprovou, mesmo sem saber ao certo como seria os meios e os fins. Entretanto, quando a sociedade desperta, muitas vezes já é tarde e o regime tornou-se sólido, o que normaliza as repressões aos que criticam o sistema. A liberdade de expressão, um dos pilares da cidadania moderna, é proibida, o que priva o ser humano das próprias capacidades.

2.2 — O Nazismo

Embora tentasse influenciar por meio de financiamentos e ideias, o fascismo italiano sozinho não foi capaz de exercer demasiada atração internacional. O triunfo de Hitler na Alemanha foi um ponto crucial para tornar o fascismo um movimento de respaldo universal. Nesse momento, veremos as causas e os impactos sociopolíticos do nazismo (HOBSBAWM, 1994, p.120).

O nacional-socialismo, mais conhecido como Nazismo, surgiu durante a década de 1920 na Alemanha como um desdobramento do Fascismo, sistema/ideia que influenciou alguns países no período entre-guerras. Os nazistas chegaram no poder em 1933. Podemos dizer que as práticas do Nazismo eram ainda mais subversivas, isso se deve ao fato do firmamento de uma moralidade fictícia totalmente distópica e autoritária, como a concepção de "raça ariana", resultando na perseguição aos judeus, homossexuais, ciganos e negros em prol do estabelecimento de uma "raça superior". O nacionalismo exacerbado também era uma característica do sistema que, assim como na Itália, visava ser uma alternativa ao liberalismo político, ao capitalismo de livre-mercado e ao socialismo marxista.

Eric Hobsbawm, de maneira brilhante, definiu o século XX como “era dos extremos” (HOBSBAWN, 1994 p. 17). Na visão do autor, mesmo que as guerras fossem frequentes e violentas, a paz era buscada por algumas nações. Mas a Europa estava diante de uma máquina mortal e sanguinária que assombrou o continente por mais de uma década.

O estado de alerta era uma característica inerente ao III Reich, nome utilizado para o sistema adotado na Alemanha Nazista. Todos aqueles que discordavam das ações do Führer (líder, governante) eram considerados inimigos da nação e acusados de traidores da pátria. As consequências eram drásticas. A experiência nazista foi, indubitavelmente, maléfica para diversos grupos e, principalmente, para os países que se opuseram ao Eixo- Itália, Alemanha e Japão - durante a Segunda Guerra Mundial. O III Reich foi uma máquina de destruição em massa, instalou um projeto megalomaniaco a fim de conquistar o máximo de territórios e utilizar os recursos da forma mais técnica possível, ampliando o poder político através do domínio de zonas geoestratégicas (KISSINGER, 1996).

Ao olharmos para a história mundial, podemos pensar o que motiva diversos indivíduos a seguirem as ideias xenófobas, racistas, supremacistas e totalitárias de Adolf Hitler. Parece difícil de entender os reais motivos, mas se prestarmos atenção no contexto histórico, político e socioeconômico da Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, compreenderemos a ascensão do Nazismo e quais os impactos sociopolíticos desse regime.

No que condiz ao espectro histórico, a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, sob comando do Kaiser Guilherme II, fez com que aflorasse um sentimento de revanchismo no povo alemão. As feridas estavam expostas. Para essa nação, a grande guerra ainda não havia terminado, a França precisava ser destruída e a região da Alsácia-Lorena recuperada, assim como a hegemonia britânica deveria ser ameaçada. Os alemães precisavam de reconstituir o país e de um novo líder capaz de conceder a glória à população por meio de conquistas e vitórias em termos de guerra (KISSINGER, 1996).

A economia alemã, durante a década de 1920, estava fracassada. A hiperinflação fez com que o marco – moeda alemã da época – se desvalorizasse. Além disso, o arcabouço institucional da fraca República de Weimar – modelo político adotado pela Alemanha no início do período entre guerras que substituiu o Império Alemão – desmoronou devido à instabilidade econômica e à ânsia dos alemães por modificações estruturais a fim de

preencher a lacuna aberta pela derrota na Primeira Guerra Mundial. Além disso, os alemães queriam superar a vergonha da derrota e restaurar a glória do país. (HOBSBAWM, 1994).

Outro fator determinante para a falência da República de Weimar e para a ascensão de um governo totalitário de extrema-direita foram as péssimas condições do Tratado de Versalhes impostas sobre a Alemanha. As árduas penalidades corroboraram para o esfacelamento do regime democrático alemão. O país teve que devolver a região da Alsácia-Lorena para a França, local de maioria alemã e rico em minério de ferro. Ademais, entregou parte de Schleswig à Polônia. As colônias na África também foram perdidas. Segundo Henig (1991), As retaliações do Tratado de Versalhes fizeram com que a Alemanha perdesse um décimo da população e um oitavo do território (HENIG, 1991, p. 26-41).

As indenizações em termos financeiros foram altíssimas, corroborando para o nascimento de uma elevada dívida para a Alemanha. A República de Weimar, além de ter sido fundada com uma dívida enorme devido à guerra e às penalidades colocadas pelas demais potências, teve seu exército reduzido à 100 mil homens. O poderio militar não era o mesmo quando comparamos com o Império Alemão. O Tratado de Versalhes também propunha a desmilitarização da Renânia, local que deveria servir como um estado tampão a fim de evitar futuros conflitos (HENIG, 1991, p. 26-41). A República de Weimar, diante desse cenário repleto de dívidas, indenizações e incertezas, viu-se na obrigação de aprovar as normas estipuladas no Tratado de Versalhes, arcando com as consequências financeiras e políticas causadas pelo Kaiser Guilherme II durante a Primeira Guerra Mundial.

Com a institucionalização das normas lavradas no Tratado de Versalhes, a República de Weimar tornou-se foco das atenções das demais potências mundiais. Uma nova Alemanha surgia, era o momento propício para que, segundo Henig (1991), ideologias extremistas fossem espalhadas no país, tanto pela direita fascista, que possuía um certo apoio da burguesia e dos industriais alemães, quanto pela extrema-esquerda, uma vez que já havia uma tradição marxista e um movimento operário sondando a nação.

O ego alemão estava ferido, a economia colapsada e o povo buscava por mudanças imediatas. Na concepção de Henig (1991), o Partido Social Democrata (SPD), dominante durante a breve vida da República de Weimar, era visto pela população como um grupo incapacitado e traidor, pois havia aderido e internalizado as péssimas cláusulas do Tratado de

Versalhes. Diante da crise econômica e do sentimento de derrota, vertentes totalitárias no escopo do pensamento político moderno ganharam força na Alemanha. A descrença nos valores democráticos e a falta de maturidade das instituições republicanas fizeram com que ideias extremistas avançassem no país. Extrema-direita e extrema-esquerda ganharam adeptos e força, colocando a jovem República de Weimar em cheque.

Segundo Henig (1991), o cenário alemão estava marcado pelo caos atrelado à convulsão social. O povo não possuía paciência para aguardar por mudanças graduais, objetivavam uma saída rápida da crise instaurada no país durante o início do período entre guerras. A situação era calamitosa. Em 1933, seis milhões de alemães estavam desempregados e o valor do marco havia sido corroído pela hiperinflação. Além das indenizações por conta da Primeira Guerra Mundial, a Crise de 1929 intensificou os imbróglis na Alemanha. O povo clamava por mudanças abruptas e, nas eleições de 1932, isso ficou claro:

As eleições de 31 de julho de 1932, foram a prova da incontestável ascensão nazista, o Partido Nacional-Socialista alcançou a incrível votação de mais de 13,5 milhões de votos contra 8 milhões de votos do Partido Social Democrata (SPD). A votação garantiu aos nazistas 230 cadeiras no parlamento contra 133 dos social-democratas. Os partidos de centro chegaram aos 6 milhões de votos e 97 cadeiras e os comunistas alcançaram 5 milhões de votos e 89 cadeiras, os demais partidos alcançaram votação insignificante (GAY, 1978, p. 182).

Os Nazistas tornaram-se maioria no Parlamento. Eles não aceitaram fazer coalizões e governar conforme os moldes parlamentares da República de Weimar. Adolf Hitler, ao ser detentor de imensa popularidade, queria ser nomeado Chanceler, os nazistas não queriam negociar com o até então Chanceler do Parlamento, von Papen. Durante esse período, o Chanceler von Papen, apesar de estar desacreditado e ser impopular, utilizou da figura de Hitler para manter o *status quo* da República de Weimar. Ele tentaria governar e realizar manobras políticas por trás do carisma de Hitler (GAY, 1978).

Von Papen, por ser um homem de extrema confiança do então Presidente Hindenburg e de seus conselheiros, além de ter apoio do ex-chanceler Schleicher e de Otto Meißner, Secretário de Estado, convenceu o Presidente Hindenburg a indicar Hitler para a chancelaria, concedendo um elevadíssimo grau de poder político ao nazista dentro do Reichstag

(Parlamento Alemão). A partir do dia 30 de janeiro de 1933, a República de Weimar nunca mais foi a mesma, Hidenburg nomeou Hitler ao posto de Chanceler (GAY, 1978).

Os nazistas eram a maior sigla dentro do Parlamento. Desse modo, todos os ideais republicanos e democráticos institucionalizados com a República de Weimar foram ameaçados pelo partido de extrema-direita. Com a ascensão do nazismo ao poder, os valores liberais, frutos do iluminismo, foram substituídos por ideias voltadas ao nacionalismo exacerbado atrelado à práticas corporativistas e autoritárias, avindas de um Estado Totalitário movido pelo terror. A República de Weimar deu lugar ao III Reich. O historiador Jean Jacques Chevallier definiu o Estado Nazista da seguinte maneira:

O Estado, segundo *Mein Kampf*, não é evidentemente o Estado liberal, “vazio” de conteúdo moral, desprovido de todo imperativo, de todo Absoluto, entregue aos apetites de múltiplos partidos, que por sua vez encobrem interesses particulares. É um Estado que possui uma missão, um Estado “ético”, que depende do Absoluto. É um Estado anti-liberal, anti-parlamentar, anti-partidos; um Estado fundado sobre o princípio e a mística do Chefe, do Condutor (Führer) e cujo motor é um Partido único, intermediário entre as massas e o Chefe. É um Estado radicalmente anti-marxista (embora se afirmando anti-burguês), anti-igualitário, hierárquico e corporativo, obstinado, enfim, em nacionalizar, em tornar não grosseiramente nacionais, mas agressivamente nacionalistas, as massas que o “marxismo judeu” queria desnacionalizar, internacionalizar (CHEVALLIER, 1995, p. 400).

Na concepção de Adolf Hitler, enquanto Führer do III Reich, o Estado deveria centralizar as atividades socioeconômicas e, além disso, dizia, com base nos princípios totalitários do nazismo o que era ético e moral. Segundo Arendt (1989), os alemães estavam subordinados às leis do III Reich e eram obrigados a viver conforme os ditames de uma moralidade fictícia imposta pelos tomadores de decisão.

O extremismo político estava nas veias de Hitler, assim como a sede por vingança, a qual seria saciada apenas pela retomada da grandeza alemã. Os judeus foram colocados em campos de concentração, onde eles realizavam trabalhos forçados e, pouco a pouco, eram extintos. Para Hitler, tratava-se de uma raça inferior a qual deveria ser extirpada. Auschwitz, na Polônia, tornou-se o campo de concentração mais famoso no Holocausto. Como a preocupação econômica do Führer era demasiada, a estratégia de utilizar gás lacrimogênio

para matar os judeus se deveu ao fato do custo reduzido nessa operação em comparação a uma morte realizada por armas de fogo. A crueldade era explícita, as violações de direitos estavam escancaradas e o projeto desumano de Hitler caminhava conforme o proposto a partir da década de 1930 (ARENDT, 1989).

O antissemitismo alemão não nasceu com Hitler. Segundo Karen Armstrong (2000, p.206), em 1886, um deputado com uma plataforma antissemita foi eleito na Alemanha. Em 1893, já havia dezesseis parlamentares com essa ideia. Vários alemães julgavam os costumes, as roupas e o modo de vida dos judeus que se instalaram no país. Isso aflorou o espírito nacionalista de vários alemães.

O antissemitismo partia do ponto de que os judeus eram inferiores aos alemães, sendo eles os verdadeiros culpados pelas mazelas da sociedade germânica. Alguns nazistas diziam que os judeus possuíam planos que visavam a dominação do sistema financeiro mundial e, a partir disso, os nazistas nutriram ainda mais ódio pelo liberalismo econômico. O antissemitismo já era uma concepção presente na plataforma política do partido nazista. Em 1933, quando Hitler assumiu o poder, instituiu as leis que excluía os judeus da sociedade. Os nazistas proibiram os judeus de ocuparem cargos públicos através da Lei Para Restauração do Serviço Público Profissional. As atividades comerciais exercidas pelos judeus também foram boicotadas (MILMAN, 2004).

Os judeus eram perseguidos pela SA (Tropas de Assalto Nazista), uma milícia paramilitar agregada ao regime nazista, de modo semelhante às outras forças paramilitares, a exemplo da SS e da Gestapo, atuava na manutenção da ordem do sistema. Os judeus não possuíam pátria, e nenhum outro país se propôs a acolhê-los nesse momento. Os nazistas capturaram milhões de membros da comunidade judia e iniciaram o terror retratado nos campos de concentração e nos campos de extermínio (MILMAN, 2004).

Em 1935, os nazistas outorgaram as Leis de Nuremberg. Estas tratavam sobre questões vinculadas à cidadania alemã e à miscigenação. Com a instauração dessas leis, os judeus ficaram proibidos de casarem com um não-judeu, não podiam utilizar as cores do Reich (vermelho, preto e branco) e ainda perderam os direitos de cidadão, tornando apenas sujeito de Estado e não de direito, o que acarretou na necessidade de cumprir com todas as obrigações sem possuir direitos individuais e civis (ARENDT, 1989).

Durante a Segunda Guerra Mundial, os nazistas discutiram ainda mais sobre a questão judia na Europa. Os “grupos de extermínio” foram planos concretizados por Hitler a fim de promover a limpeza étnica. Diante disso, os nazistas fuzilaram judeus na Polônia, nos países bálticos e em algumas zonas da União Soviética, a exemplo do Massacre de Babi Yar, realizado em 1941 através da operação Barbarossa, pela qual os nazistas invadiram a URSS, matando 33.761 judeus na cidade de Kiev, atual capital da Ucrânia (BEEVOR, 2015).

Entretanto, os nazistas precisavam modificar a forma em que os judeus seriam mortos. O partido discutia uma forma mais impessoal e menos dispendiosa para realizar o extermínio dos judeus. Tendo em vista os elevados custos dos fuzilamentos e os problemas psicológicos que os soldados do Reich poderiam desenvolver ao matar milhares de judeus a tiros, surgiu a ideia da instalação de câmaras de gás nos campos de concentração (BEEVOR, 2015).

No segundo semestre de 1941 os nazistas construíram seis campos de concentração (trabalho forçado) na Polônia: Belzek, Auschwitz, Chelmno, Treblinka, Sobibor e Majdanek. Os prisioneiros possuíam péssimas condições de vida nesses campos, ficavam amontoados e conviviam com pulgas e doenças. A mão de obra judia era explorada e vários morriam de inanição. Nesses campos de concentração, os judeus também serviram como cobaias para experimentos nazistas (BEEVOR, 2015).

O filme *A Vida é Bela* (1997) demonstra a vida de famílias judias em campos de trabalho forçado. A produção retrata a captura dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial e possui como foco uma família de judeus italianos que são levados para o campo de concentração. Sob as leis nazistas, Guido e sua esposa Dora foram separados, homens e mulheres não podiam ficar juntos. Diante disso, Guido e seu filho Giosué foram colocados em um lugar diferente de Dora. O pai do garoto, a fim de esconder os horrores do nazismo de seu filho, explica a ele que aquilo era um jogo em que deveriam cumprir com algumas tarefas. Quem cumprisse os objetivos, venceria o jogo e ganharia um tanque de guerra como prêmio (BENIGNI, 1997).

No campo de concentração, Guido mantém a assombrosa realidade de trabalho forçado, câmaras de gás e tortura escondida de seu único filho a partir de gestos de amor, perseverança e proteção. Guido é a antítese do nazismo. Essa produção cinematográfica foi capaz de demonstrar todos os horrores dos campos de concentração, a forma desumana na qual os

judeus eram tratados e como os direitos deles eram violados, independentemente de posição social, gênero e idade (BENIGNI, 1997).

O nazismo foi capaz de violar todos os direitos dos judeus enquanto humanos, cidadãos e indivíduos. Tudo isso em prol do caráter distópico e totalitário do regime de Hitler (ARENDT, 1989). O holocausto foi um dos eventos mais marcantes e cruéis da história da humanidade. Cicatrizes foram deixadas à comunidade judia e a todos os países que lutaram contra o III Reich. Após à contextualização histórica, faz-se necessário o aprofundamento nas perspectivas do nazismo enquanto ideologia e regime totalitário.

A ideia de Hitler era estabelecer uma sociedade homogênea por meio da construção de uma comunidade popular (Volksgemeinschaft), não havendo distinções fenotípicas, nem grandes disparidades sociais. Desse modo, o Führer estabeleceu um sistema político unipartidário e totalitário sustentado por massivas propagandas sobre as “benesses” do regime e, como todo Estado de viés totalitarista necessita de expansão territorial, conquistas, e glórias devido à imprescindibilidade da posição de beligerante a todo instante, as guerras, as anexações de territórios, a militarização atrelada ao elevado investimento em um arsenal complexo e desenvolvido, foi justificado pela teoria do Lebensraum. Esta ideia, proposta por Friedrich Ratzel, geógrafo e etnólogo alemão e citada por Hitler em *Mein Kampf*, consistia na conquista do espaço vital, o qual serviria para o desenvolvimento da sociedade alemã. Na concepção de Ratzel, quanto mais desenvolvida for uma comunidade, esta deve conquistar localidades onde as menos desenvolvidas habitam, espraçando (impondo) o próprio *modus vivendi* (ARENDT, 1989, p. 409).

Todo esse arcabouço teórico explica o porquê da militarização da Renânia, que era uma zona tampão, alguns anos antes da Segunda Guerra Mundial. Ademais, a anexação da Áustria em 1938, as pretensões existentes no continente, mais especificadamente nos Sudetos, região mais industrializada da Tchecoslováquia (atualmente República Tcheca e Eslováquia) e invasão na Polônia, estopim da Segunda Guerra Mundial. Ao anexarem a Tchecoslováquia, Hitler incorporou as indústrias do país a fim de ampliar a produção de armamentos e ainda exterminou os judeus que ali viviam. Praga, que já era uma cidade importante tanto em âmbito econômico quanto geopolítico, tornou-se uma zona de influência direta do III Reich. Hitler, com total apoio de um dos seus principais nazistas, Reichard Heydrich, o “Açougueiro

de Praga”, chefe da SS, foi responsável pelas ações nazistas no território tchecoslovaco, realizaram os extermínios em massa na Tchecoslováquia (BEEVOR, 2015).

Os nazistas não respeitaram tratados e acordos, agiam conforme a própria sede de poder atrelada a um sentimento de revanchismo quando se tratava, principalmente, de França e Inglaterra, devido às péssimas condições lavradas no Acordo de Paz de Paris em 1919. No entanto, vale ressaltar uma peculiaridade nas relações diplomáticas da Alemanha Nazista. Em 1939, a URSS e o III Reich assinaram o Pacto Molotov-Ribbentrop. Era um pacto de não agressão entre ambos os países. Além disso, propunha a divisão da Polônia em duas esferas de influência e a divisão de zonas de influência entre Hitler e Stalin nos Bálticos. O pacto durou dois anos, sendo rompido por Hitler, em 1941, durante a operação Barbarossa (KISSINGER, 1996).

O nazismo, assim como todo regime totalitário, não surgiu da noite para o dia, foi necessário vários acontecimentos de ordem política, social e econômica, além da cultivação da semente expansionista e totalitária desde o final do século XIX na Alemanha, os quais serviram, respectivamente, como fatores conjunturais e como um arcabouço teórico capaz de sustentar a prática da ideologia. Hitler colocou a Ordem Mundial em cheque. Ao expandir imensamente o território do Terceiro Reich, destruir a França e ameaçar a Grã-Bretanha, o perigo da máquina nazista tornava-se evidente e perturbador para todos que compartilhavam dos valores liberais e democráticos (BEEVOR, 2015).

O III Reich ameaçou a configuração da Ordem Mundial, colocando em cheque todas as cláusulas lavradas no Tratado de Versalhes. Os nazistas aproveitaram um momento histórico favorável para assumir o poder, tudo conspirava para a ascensão de um regime totalitário na Alemanha. O revanchismo, a necessidade de continuar e vencer a guerra, a grave crise econômica advinda das retaliações do Acordo de Paz de Paris e o colapso financeiro devido à Crise de 1929 foram fatores determinantes para que a extrema-direita chegasse ao poder (HOBSBAWM, 1994).

Hitler se postava como um verdadeiro messias, capaz de salvar a Alemanha e restaurar a grandeza do povo (ARENDR, 1989). A Segunda Guerra Mundial, iniciada pelo III Reich, foi uma oportunidade para Hitler conquistar territórios, buscar a tão sonhada hegemonia no continente europeu, vingar-se da França, extirpar os judeus, perseguir comunistas, ciganos,

homossexuais e minorias étnicas em prol da edificação de um Império movido pela violência atrelada ao terror.

Mas em maio de 1945, após os nazistas terem ameaçado a existência de vários países europeus, o III Reich foi vencido. A Batalha de Berlim foi o marco da queda de Hitler. O Exército Vermelho se aproximava da capital alemã pelo leste, enquanto as potências ocidentais vinham pelo lado oeste, ameaçando a soberania do III Reich. Hitler sabia que, nessas atuais circunstâncias, a ruína de seu império era apenas uma questão de tempo, pois ele havia perdido força com a derrota em Stalingrado. Os soldados soviéticos invadiram e bombardearam Berlim. A Alemanha não tinha saída, a não ser assinar os termos de rendição. Um fato curioso desse período foi suicídio de Adolf Hitler e de Eva Braun em 30 de abril desse ano que, segundo o historiador britânico Antony Beevor, ocorreu da seguinte maneira:

Por fim, Hitler se retirou para a sua sala com a esposa, que estivera alegre no almoço embora soubesse exatamente o que iria acontecer. Ninguém ouviu o barulho do tiro, mas pouco depois da 15h15 Linge, o seu criado, entrou seguido de outros. Hitler disparara um tiro na cabeça e Eva Hitler tomara o ácido cianídrico. Os seus corpos foram envolvidos em cobertores cinza da Wehrmacht e levados para o Jardim da Chancelaria do Reich, onde foram incinerados com gasolina segundo o desejo de Hitler (BEEVOR, 2015, p. 834).

Com o suicídio do Führer, o Alto Comando das Forças Armadas assinou os termos de rendição nos dias sete e oito de maio de 1945 (BEEVOR, 2015). Terminava, assim, o regime nazista. Mas os horrores continuavam assombrando os indivíduos que sofreram nas mãos de Hitler, Eichmann, Himler, Goebbels e os demais nazistas. Tribunais foram instalados para julgar os crimes cometidos pelos homens que fizeram parte do regime totalitário. Vários nazistas foram julgados e condenados no Tribunal de Nuremberg pelo crimes contra a humanidade. Tratados e negociações, a exemplo da Conferência de Teerã, Yalta, Potsdam e São Francisco, em 1945, uma vez que havia a necessidade de redesenhar o mapa mundial e chegar a um acordo político e econômico após os terrores da Segunda Guerra Mundial. Diante disso, a Alemanha foi ocupada pelas Tropas Aliadas.

2.3 – As Consequências do Totalitarismo de Extrema-Direita.

O Fascismo, com o final da Segunda Guerra Mundial, não fazia mais sentido no âmbito prático e ideológico devido aos imensuráveis horrores causados na guerra, deixando de ser o sistema político na Itália e na Alemanha. No caso ibérico, o fascistas continuaram no poder por mais algumas décadas, mas a ideia já não era mais contagiante e impulsora como antes, levando a queda dessas ditaduras na década de 1970. Embora as ideias baseadas no fascismo ainda estejam presentes no século XXI, vale ressaltar que, mesmo nunca deixando de ser uma ameaça às democracias, o modo no qual elas são articuladas não são idênticas ao de Mussolini, Hitler, Salazar e Franco, pois vivemos em uma Ordem Mundial completamente distinta daquela que vigorava no entre guerras.

O Fascismo trabalhado nesse capítulo foi um movimento que, segundo Hobsbawm (1994) e Service (2007), teve início e término no século XX. Entretanto, jamais podemos desprezar a existência de uma nova forma de extremismo atrelado pensamento de direita, visto que as ideias e os sistemas podem ser reformulados e contextualizados.

Durante o regime fascista, é importante mencionar que houve vários impactos sociopolíticos. Os valores liberais, frutos do Iluminismo, foram colocados em cheque pelo Duce e pelo Führer (HOBSBAWM, 1994). Práticas que para nós podem parecer corriqueiras, a exemplo de liberdade de expressão, livre-iniciativa e liberdade de associação, foram praticamente extintas nesse sistema centralizador. O Estado regia todas as atividades através do corporativismo, enquanto a função do indivíduo foi reduzida profundamente

O regime de Benito Mussolini não respeitava as liberdades individuais, subordinando o indivíduo ao Estado. Tudo dependia das ações dos tomadores de decisão. Durante a vigência desse sistema político totalitário, os cidadãos italianos não eram livres para escolher o que preferiam, mas vale mencionar que, assim como em todas as ditaduras, grande parte da população apoiou, de um jeito ou de outro, a chegada desse grupo no poder. Como diz Havel (1978), todo regime totalitário precisa de uma mínima aprovação popular.

O povo possui uma parcela de culpa. Ao ansiarem por modificações estruturais e por melhorias repentinas nas condições de vida, acabaram concedendo força à extrema-direita italiana, a qual se postava como “salvadora da pátria”. Todavia, a supressão das liberdades individuais, a restrição das liberdades civis, a sanguinolência da Segunda Guerra Mundial, o unipartidarismo, o corporativismo, o anticomunismo, o nacionalismo exacerbado, o

totalitarismo, o militarismo, o culto ao líder e o expansionismo territorial foram ideias presentes no governo de Benito Mussolini. Os italianos ficaram à mercê de um Estado que misturava anseios revolucionários com perspectivas e instituições tradicionalistas (HOBSBAWM, 1994, p.121).

Pode-se considerar como consequências negativas do Fascismo o fato de Mussolini, a partir das ideias de corporativismo e unipartidarismo, ter extirpado seus adversários políticos, controlado os sindicatos e a mídia. As corporações criadas pelo Duce reunia profissionais de um mesmo ofício, o que incluía patrões e trabalhadores. A ideia dessas instituições era evitar a luta de classes. Para isso, o governo fascista atuava como “juízes” a fim de intermediar e controlar qualquer desentendimento possível entre classes sociais, mantendo uma nação unívoca e coesa.

Assim como a democracia liberal “atrasa” em termos de tempo o progresso econômico do país devido ao caráter gradual e orgânico presente nas decisões, a luta de classes atrapalhava o desenvolvimento da nação por ser algo totalmente disruptivo e brusco em termos políticos, culturais e econômicos. Vários opositores do regime foram presos e mortos. O culto à personalidade do Duce era incentivado em toda a sociedade. As escolas ensinavam as crianças a adorar Mussolini, os símbolos e as ideias fascistas, inibindo qualquer movimento ou princípio que visasse a liberdade individual. Somente dessa maneira os problemas seriam resolvidos, na visão de Mussolini (HOBSBAWM, 1994, p. 122).

No que condizia à política externa italiana, Mussolini, assim como Hitler e Stalin, possuía planos expansionistas. Ele pretendia aumentar seus domínios a partir da conquista de territórios na África o que configurava na violação da soberania dos países, iniciando pela Etiópia. Esse nacionalismo exacerbado atrelado ao expansionismo e ao militarismo foram cruciais para a eclosão da Segunda Guerra Mundial (KISSINGER, 1996).

Assim como no fascismo de Mussolini, o nazismo de Hitler, ao se basear e se inspirar no regime do Duce, fica claro que possuía características extremamente semelhantes, o que resultou em diversas complicações para os alemães. Hitler também adotava o corporativismo, cessando a luta de classes por meio de um aparato político centralizador e repressor. Ele perseguiu seus opositores e instaurou um sistema de totalitário no qual o Estado vigiava e controlava todas as ações (ARENDT, 1989).

O nacionalismo exacerbado e o expansionismo do III Reich estão inteiramente ligados com as causas da Segunda Guerra Mundial. Hitler, ao investir no exército, militarizar a Renânia, anexar a Áustria, os Sudetos e uma porção da Polônia, desrespeitou as decisões do Acordo de Paz de Paris e modificou a estrutura de poder da Europa, instalando um império no velho continente (KISSINGER, 1996).

Hitler foi além de Mussolini no que se refere ao pensamento totalitário. O austríaco, foi responsável pelo Holocausto, genocídio cometido durante a Segunda Guerra Mundial pelos nazistas, matando judeus, opositores políticos, deficientes, ciganos e homossexuais. Os campos de concentração expressavam o terror causado por um sistema totalitário que retirava direitos civis e liberdades individuais. Hitler visou o extermínio dos judeus e a sobreposição da raça ariana em relação às demais, algo extremamente distópico e tenebroso (ARENDT, 1989).

O custo de manter Mussolini e Hitler no poder é expressado pelas milhões de morte causadas pelos regimes de extrema-direita, as quais foram advindas de perseguições políticas e, principalmente, por conta dos horrores de Segunda Guerra Mundial. O Duce e o Führer, ao instituírem princípios autoritários, expansionistas, racistas, coletivistas e militaristas, causaram danos irreparáveis ao ambiente político, social e internacional, o que pode ser visto a partir das condições internas de Itália e Alemanha durante o período totalitário e por meio das catástrofes da Segunda Guerra Mundial e das péssimas condições dos países do Eixo no pós-guerra (HOBBSAWM, 1994).

O Nazi-Fascismo não foi o único regime totalitário durante o período que Eric Hobsbawm denominou com “Era dos Extremos”, de 1914 a 1991. Os totalitários, na política, são as duas faces da mesma moeda, mesmo discordando no âmbito teórico, as consequências das ações e o fim último deles são parecidos. O incontrolável desejo pelo poder, o controle das liberdades individuais a restrição das liberdades civis, a censura e falsa noção de segurança e, principalmente, a coletivização dos interesses em torno de uma determinada causa, além de estarem presentes no Nazi-fascismo, também são características indissociáveis de um outro regime totalitário, o Socialismo Real (HAYEK, 2010). Apesar de serem, teoricamente, diferente, veremos que há diversas semelhanças no âmbito prático,

principalmente quando levamos em consideração a massificação dos interesses e a utilização do terror enquanto princípio motor (ARENDT, 1989).

Os fascistas, segundo Coutinho (2014), ao objetivarem rápidas modificações em termos sociopolíticos e econômicos, ou seja, atribuírem um caráter revolucionário e coletivista aos projetos políticos, afastaram-se das noções de gradualismo e prudência, isso fez com que o regime violento fosse implementado com o objetivo de centralizar o poder decisório nas mãos de “engenheiros de almas humanas”. O resultado dessa experiência se deu em termos de radicalismo e violação de direitos individuais, sucumbindo os cidadãos aos anseios do Estado Totalitário.

O Nazismo, principalmente, era colocado como uma espécie de contra-Renascença, ou seja, visava a destruição de várias ideologias e instituições que compõem o arcabouço valorativo do ocidente construído durante séculos e aprimorado com o passar dos anos (HOBSBAWM, 1994). As noções de individualismo foram substituídas pelo coletivismo e as de democracia por autoritarismo. Essa é a face de todos os regimes que levaram algumas civilizações rumo à servidão (HAYEK, 2010). O Fascismo e o Nazismo suplantaram direitos individuais em prol da edificação de um “Admirável Mundo Novo” pautado na “engenharia social”, rompendo com as noções de geração espontânea (HAYEK, 1985).

Do mesmo modo que discutimos o período de ascensão do Fascismo e todas as ramificações desse movimento totalitário, na próxima parte do texto faremos considerações acerca da belicosidade do Socialismo Real. Uma breve análise da ideologia na prática já será o suficiente para entendermos o quão catastrófica é a ideia de “ditadura do proletariado”. O objetivo não é demonizar nenhuma doutrina, pois todos possuem liberdade para se identificar com qualquer espectro político, porém devemos parar de relativizar os fatos e entender a realidade como ela é.

3. A HECATOMBE REALMENTE EXISTENTE

A democracia amplia a esfera da liberdade individual, o socialismo a restringe. A democracia atribui a cada homem o valor máximo; o socialismo faz de cada homem um mero agente, um simples número. Democracia e socialismo nada têm em comum exceto uma palavra: igualdade. Mas observe-se a diferença: enquanto a democracia procura a igualdade na liberdade, o socialismo procura a igualdade na repressão e na servidão – Alexis de Tocqueville.

Tendo a liberdade e a democracia como princípio guia do trabalho, ao criticarmos veementemente os males causados pela extrema-direita no século XX, faz-se necessário elucidar quais foram os equívocos da extrema-esquerda, desde à perspectiva teórica até às questões referentes à prática da ideologia que ganhou notoriedade a partir dos alemães Karl Marx e Friedrich Engels. O título “Era dos Extremos” (HOBSBAWM, 1994), não poderia ser mais oportuno para comentarmos sobre esse período marcado por convulsões e conturbações políticas, assim como “O Caminho da Servidão” (HAYEK, 2010), o qual demonstra para onde essas ideias “megalomaniacas” nos levam e como o processo ocorre.

Uma distinção entre o totalitarismo de direita e o de esquerda é que enquanto o fascismo se pautava no nacionalismo exacerbado, a ideia marxista era vinculada ao internacionalismo, porém várias das ações realizadas pelos líderes socialistas estavam dotadas de atributos nacionalistas. O Socialismo se postava como uma “nova liberdade”, mas não contava que essas falsas promessas rumariam à servidão por conta de três princípios indissociáveis do sistema: coerção, planificação e coletivização (HAYEK, 2010). Esses fatores comprometeram para a ascensão e, principalmente, para a manutenção dos regimes socialistas.

A doutrina de Marx e Engels sobre a necessidade da revolução violenta se refere ao Estado burguês. Este só pode, em geral ceder lugar ao Estado proletário (ditadura do proletariado) por meio da revolução violenta e não por meio do “definhamento”. A apologia que Engels faz da revolução violenta está plenamente de acordo com as numerosas declarações, altivas e categóricas, de Marx sobre a inevitabilidade da revolução violenta. A essência de toda a doutrina de Marx e de Engels é a necessidade de inocular sistematicamente nas massas essa ideia de revolução violenta (LÊNIN, 2013, p. 21).

Um excelente exemplo no que diz respeito à atuação conjunta desses três pilares foi o caso do “Holodomor”, que em ucraniano significa “deixar morrer de inanição”. Sendo assim, a grande fome que assombrou os ucranianos durante os anos de 1932 e 1933. Também

conhecido como “Holocausto Ucraniano”, esse triste episódio marcou a morte de milhões de indivíduos. Isso se deveu a uma ação da URSS que visava, de modo arbitrário, a coletivização dos campos ucranianos, a finalidade era aumentar a produção de bens agrícolas devido ao solo fértil e aos grãos cultivados na Ucrânia. Ainda havia a questão da ampliação territorial por meio de conquista do espaço, no qual seria imposto os moldes soviéticos de organização, pautados na abolição da propriedade privada e no esfacelamento da cultura local (SERVICE, 2007).

O povo ucraniano, nesse contexto, não possuía elementos que proporcionassem uma defesa contra a empreitada soviética. Um sociedade predominantemente rural e organizada em pequenas propriedades privadas, não conseguiria frear o expansionismo de Joseph Stalin, detentor de um exército extremamente desenvolvido. Os ucranianos perderam suas propriedades, foram obrigados a trabalhar nos campos coletivizados e, além disso, a URSS, por estar ligada à doutrina marxista, aboliu a liberdade de credo na Ucrânia, e a população já não mais podia professar a fé católica - majoritária no local (SERVICE, 2007).

O genocídio de um povo, a coletivização da agricultura e a mudança coercitiva nos moldes societários demonstraram muito bem no que realmente consiste o Socialismo na prática. O princípio coletivista inserido na produção agrícola gerou revolta por parte dos ucranianos, uma vez que os soviéticos queriam eliminar as “elites” camponesas. O resultado dessa planificação foi caótico. Vários ucranianos foram massacrados pelas forças de Stalin, enquanto os outros foram colocados em uma espécie de regime forçado de trabalho. Como em tudo que corrompe o curso natural das modificações e espontaneidade dos movimentos (HAYEK, 1985), o caso ucraniano foi mais um em que a miséria, a guerra e a fome desolaram a população. Isso pode ser visto abaixo no excerto de Robert Service:

Ucranianos capturavam ratos com armadilhas para se alimentar, comiam cascas de árvores e cozinhavam folhas, já que suas fontes alimentares normais foram extintas pela ação brutal do Estado. O restante deles morreu (SERVICE, 2007, p. 173).

Os soviéticos impuseram a ideologia sobre os camponeses ucranianos, substituindo a agricultura familiar pela coletivizada. Os ucranianos foram massacrados e, em 1930, 55% das propriedades rurais ucranianas já haviam sido coletivizadas. Em 1937, aproximadamente 99% das terras produtivas pertenciam à URSS. A ideia de Stalin era produzir grãos a fim de vendê-

los em troca de tecnologia favorável ao processo de industrialização. Mas ao utilizar métodos coercitivos, os ucranianos sofreram as consequências de um modo irreparável. O Holodomor demonstra a indissociabilidade da violência e da opressão em relação às práticas socialistas dos bolcheviques (SERVICE, 2007, p. 173).

No filme *Colheita Amarga* (2018) é demonstrado a retirada dos direitos dos ucranianos e a violação dos costumes dos mesmos. A propriedade privada é abolida, o livre-arbítrio é substituído pela coerção e a crença no Catolicismo não é aceita, pois a doutrina marxista prega o ateísmo. A ânsia de Joseph Stalin em controlar a produção de cereais dos países da URSS causou imensas mazelas no espectro societário ucraniano, pois eles trabalhavam de forma compulsória e forneciam a produção agrícola a baixíssimos custos para o Estado soviético, restando aos nacionais apenas uma pequena parte da produção, a qual, muitas vezes, era insuficiente. Para coletivizar os campos, Stalin incluiu em seus planos a eliminação dos “kulaks”, uma classe ucraniana mais abastada de proprietários de terra. Eles, na visão soviética, representavam a burguesia e deviam ser combatidos. Stalin modificou toda a estrutura produtiva do país impondo medidas severas. A racionalização da produção, assim como a estatização das terras foram pontos negativos no que condizia ao bem-estar da população e à economia.

A meta de produção era algo fora do comum e, por ser extremamente elevada, os ucranianos destinavam todos os bens à URSS, o que contribuiu para as causas da fome. Esta também está interligada às políticas autoritárias de Stalin ao planificar a economia da nação vizinha e inserir diversos elementos intervencionistas a fim de assegurar o controle no aspecto econômico e político. Cadáveres estavam por toda parte, a desnutrição era algo visível e a destruição de uma nação acontecia em ritmos acelerados. O cenário era caótico e os métodos destrutivos do socialismo proporcionaram essa realidade insana e terrível (SERVICE, 2007).

2.1 – O modelo soviético

Nunca nenhum regime político na história foi responsável pela morte de tantos indivíduos. Essa é a real face do socialismo, uma ditadura tão cruel quanto o fascismo e o nazismo. Esses três sistemas totalitários são pautados na centralização do poder, na planificação econômica, no dirigismo estatal e no esfacelamento das liberdades e direitos

individuais. Todas as noções de individualismo e de originalidade são subvertidos de modo opressivo e despótico a fim de instaurar um sistema pautado numa moralidade fictícia de “bem comum”. No caso do socialismo, tema desse capítulo, é possível dizer que as revoluções não foram caracterizadas pela ampla adesão popular e por métodos atrelados à “consciência de classe”, o que realmente ocorreu foi a tomada do poder em um momento oportuno por um grupo ou partido de ideal marxista, os quais impuseram o monopólio da verdade através de um viés coercitivo, propagandístico e violento (SERVICE, 2007).

Liberdade de expressão é algo inexistente no socialismo, a verdade pertence apenas ao Estado/comitê/partido dominante, capaz de saber o que é melhor para o povo e quais as condições apropriadas para exercer as ações correspondentes ao cotidiano. Assim como já foi demonstrado, os indivíduos não possuem liberdade de associação e de credo, uma vez que os detentores do poder estipulam uma espécie de moralidade para a comunidade, dizendo o que é certo, o que não é e quais são as verdades. É um processo de alienação do indivíduo do princípio da racionalidade, mesmo que este seja inerente ao ser humano. Os líderes que se autodenominam como socialistas e comunistas visam a modificação da sociedade por inteira, interferindo diretamente nos dois fenômenos que compõem o aspecto humano do ser, a autonomia e a originalidade (MILL, 2016).

O monopólio ideológico é suficiente para manter esse regime totalitário em condições de ditar as regras do jogo e dominar o panorama sociopolítico (HAVEL, 1978). Pelo fato de não haver liberdade de expressão, associação, credo, política e, em última instância, a supressão do indivíduo, não há no socialismo um ambiente marcado pela pluralidade de ideias, ou seja, as divergências em termos de ideias não é uma realidade que os governantes lidam, pois estes mesmo consideram esses alicerces das democracias liberais algo burguês e completamente nocivo ao distinto mundo que eles pretendem construir.

As características disruptivas dos regimes denominados socialistas e comunistas podem ser visto no excerto do livro *Camaradas: uma Breve História do Comunismo Mundial*, escrito pelo doutor em história russa e professor da Universidade de Cambridge, o inglês Robert Service:

Regimes comunistas duradouros tiveram muita coisa em comum. Eles eliminaram ou enfraqueceram partidos políticos rivais. Atacaram religiões, a

cultura e a sociedade civil. Esmagaram qualquer expressão de nacionalidade, exceto que fosse aprovada pelo governo comunista. Aboliram a autonomia do Judiciário e a liberdade de imprensa. Centralizaram o poder e enviaram dissidentes para campos de trabalho forçado. Criaram redes de polícia secreta e de informante. Alegavam que sua doutrina ideológica infalível e se apresentavam como perfeitos cientistas dos problemas e das necessidades humanas. Isolavam sociedades inteiras para impedir que sofressem a influência estrangeira na política e na cultura. Controlavam a travessia de suas fronteiras com um zelo feroz e tratavam todas as realidades da vida social como algo necessariamente devassável pelas autoridades. Usavam as pessoas como se fossem recursos naturalmente empregáveis na consecução de seus objetivos. Demonstravam pouco respeito pela ecologia, pela caridade e pelos costumes. São essas características em comum que nos permitem falar sensatamente em sistema comunista (SERVICE, 2007, p.26).

O episódio do Holodomor demonstra todas essas características em um conjunto. Não houve respeito à nacionalidade ucraniana, à propriedade privada. A religião e os costumes desse povo foram atacados, o estabelecimento de campos de trabalho forçado eram uma realidade. Os objetivos da URSS liderada por Joseph Stalin foram colocados na frente de qualquer noção de legislação e até mesmo de humanidade (SERVICE, 2007, p.26). No decorrer do capítulo veremos que as ações da URSS expressam, na prática, as principais ideias do socialismo real.

A Revolução Russa, realizada pelos Bolcheviques em 1917, demonstra que o líder Vladimir Ilitch Ulianov Lênin, juntamente com seus camaradas, estavam dispostos a destruir as bases fundantes da sociedade no intuito de reconstruí-la com as próprias perspectivas. Em outubro de 1917, o Czarismo, regime então vigente na Rússia foi derrubado pelo bolcheviques, os quais mataram os membros da família real que detinha o poder político, os Romanov. Na visão bolchevique, o partido estava retirando a população de um regime monárquico absolutista e economicamente atrasado (SERVICE, 2007).

Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da ordem. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, apud LENIN, 2013, p.10).

Anteriormente à queda do último Czar russo, Nicolau II, as pressões dos bolcheviques provocaram algumas mudanças no regime czarista. Em fevereiro de 1917, o sistema foi “flexibilizado”, o que colocou fim à autocracia do czar, estabelecendo, assim, uma espécie de constitucionalismo na política russa a fim de realizar algumas reformas de cunho liberalizante, que seriam propostas na Duma (Câmara Baixa) e no Soviete da Federação (Câmara Alta), formadores do Poder Legislativo russo.

Mas Lênin (2013) acreditava que o Governo Provisório não seria capaz de resolver os problemas do país, para o líder bolchevique, apenas a implementação de uma ditadura resolveria os problemas. O regime não se sustentou, pois o Governo Provisório não possuía apoio dos sovietes (organização trabalhista, operária criada em 1905). Além disso, as turbulências no cenário internacional eram visíveis devido ao auge da 1ª Guerra Mundial. Lênin, nesse contexto, ao considerar esse conflito bélico uma disputa entre várias potências imperialistas, não concordava com a participação da Rússia, convencendo, assim, em meio às diversas instabilidades, o exército a se retirar da guerra, iniciando o processo decisório da revolução em âmbito interno.

A estratégia de Lênin demonstra que nenhum líder autoritário consegue conquistar e manter o poder sem a ajuda do exército. As forças armadas russas e a população do país enxergavam o desgaste do czarismo e o quanto o sistema estava ultrapassado, o que levou eles a acreditarem nas promessas bolcheviques de uma nova sociedade atrelada a uma nova concepção de "liberdade" (SERVICE, 2007).

A passagem da sociedade capitalista para a sociedade comunista é impossível sem um “período de transição política” em que o Estado não pode ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado (LÊNIN, 2013, p.74).

Sendo assim, pode-se dizer que tanto a conjuntura interna quanto a externa favoreceram as ações exitosas da Revolução de Outubro. Lênin se apresentava como o paladino da doutrina marxista, ressaltando a relevância da luta de classes e acreditando que o proletariado, ao unir-se, conseguiria revolucionar a sociedade não apenas nos aspectos políticos e econômicos, mas também nas questões culturais (LÊNIN, 2013). Para isso seria necessária uma vontade coletiva e bem definida, o que modificaria a vida das pessoas em geral. Mas as belicosidades do leninismo podem ser vistas abaixo:

A sociedade civilizada está dividida em classes hostis e irreconciliáveis cujo armamento "espontâneo" provocaria a luta armada. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental, põe em evidência como a classe dominante se empenha em reconstituir, a seu serviço, corpos de homens armados, como a classe oprimida se empenha em criar uma nova organização do mesmo gênero, para pô-la ao serviço, não mais dos exploradores, mas dos explorados (LÊNIN, 2013, p.13).

Essa passagem demonstra o quanto a teoria marxista nega o poder do indivíduo, pregando, incessantemente, a imprescindibilidade dos esforços coletivos, das organizações de classe e, conseqüentemente, da homogeneização do corpo social. Pelo fato da Rússia estar em uma situação drástica durante os anos que precederam o a Revolução Russa, a população e o exército, em tom de desespero e não por ideologia, foram conduzidos pelos bolcheviques, os quais disseram que retirariam o país da 1ª Guerra e que os camponeses teriam controle das fábricas em um regime que, teoricamente, seria pautado na divisão equânime da riqueza (SERVICE, 2007).

O Tratado de Brest-Litovsk, assinado pelo governo bolchevique juntamente com as potências centrais, retirou a URSS da 1ª Guerra. Contudo, as demais promessas de Lênin e de seus camaradas não foram cumpridas. Isso se deve também à própria contrariedade do partido bolchevique em termos práticos, pois no discurso eles sustentavam a tese de que haviam tomado o poder e que o povo governaria, porém Lênin deixava escapar os reais objetivos dos bolcheviques, que era a ditadura do partido único. Como em todo governo de viés autoritário, a verdade normalmente era ocultada da população (KISSINGER, 1996, p.167).

A censura proibia que a população obtivesse conhecimento acerca de temas que não eram apazíveis aos bolcheviques. Para manter o sistema em plena vigência, livros como “O Manifesto Comunista”, escrito por Marx e Engels e o ABC do comunismo eram populares no processo de “aprendizagem” dos soviéticos, visto que essas obras contemplavam os anseios do partido. Os bolcheviques não integravam essas minorias que se posicionavam de forma contrária às ideias marxistas, o que ocorria eram as tentativas de incorporação dessa parcela minoritária do corpo social no ideal socialista, ampliando as possibilidades de espraiamento do arcabouço valorativo defendido e propagado pela extrema-esquerda (SERVICE, 2007).

Era importante dizer às massas o que fazer, como agir e no que acreditar. Pode-se dizer que, conforme o sistema soviético foi sendo aprimorado e consolidado, o totalitarismo se espalhou em todas as esferas, impondo uma determinada moral e verdade única para todos. A URSS foi, sem dúvidas, um Estado Totalitário (HAVEL, 1978). Diferenciava-se, substancialmente, das democracias-liberais, pois na concepção marxista-leninista-stalinista, o indivíduo é reduzido a zero, enquanto a estrutura estatal era potencializada. Esta dominava ideologicamente e coercitivamente o povo através das nefastas práticas de controle e engenharia social. E aqueles que não concordavam eram considerados inimigos do Estado e da Revolução, sendo enviados para campos de trabalho forçado, comandados pelo órgão estatal denominado Administração Geral dos Campos de Trabalho Correcional e Colônias, o famoso Gulag. Em pouco tempo, o termo gulag foi popularizado e entendido como locais de trabalho forçado. O frio da Sibéria, muitas vezes, era o destino dos presos políticos e pessoas que apenas se posicionavam de maneira diferente no que condizia à política.

O bolchevismo dizia que todos eram obrigados a se esforçarem pelo ideal de “bem comum”, nesse caso, o tão desejado comunismo (SERVICE, 2007). Para isso, a ordem e a hierarquia deviam ser mantidas, assim como a obediência da população ao Estado. Este por sua vez, era onipresente, dirigista, interventor, agente moral e econômico. Tudo dependia dos anseios governamentais, desde a moral da sociedade até à produção de bens e serviços (HAVEL, 1978).

A face do Estado de partido e ideologia única era autoritária, lembrando em muitos aspectos a célebre frase de Benito Mussolini: tudo no Estado, nada contra o Estado e nada fora do Estado. Isso demonstra o quanto os inimigos fatais no que diz respeito ao espectro político são semelhantes em termos de ideias e ações, uma vez que há uma espécie de submissão das vontades individuais em prol da construção de um bem comum, o qual deve ser alicerçado, mantido e evoluído a partir de movimentos e pensamentos unívocos e indivisíveis, sendo o povo guiado pelas ideias disseminadas pelas lideranças (HAYEK, 2010).

O Socialismo soviético, por se tratar de um sistema político de natureza totalitária, estabelece a existência de um código ético pautado na doutrina marxista, o qual serve como guia da sociedade, pressupondo o que é correto fazer e quais são os valores a serem enaltecidos e compartilhados (HAVEL, 1978, p.9). Demonstra a supressão total do indivíduo,

de forma que este não possua, na prática, nenhuma divergência em relação ao Estado, estando unidos em um só propósito. Todavia, essa união não se dá de maneira voluntária e pelo que Marx chamava de “consciência de classe”, isso ocorre de modo coercitivo, violento e autoritário. Um grupo ou um partido e, posteriormente, a máquina estatal controlada por um marxista, utiliza da coerção a fim de submeter os indivíduos às vontades do Estado revestido nos princípios do totalitarismo.

Os Estados Totalitários, como no caso do socialismo, assumem algumas características singulares: vincula-se uma moralidade fictícia à sociedade, estabelece os parâmetros sociais com base nessa perspectiva "moralista", promove uma espécie de culto às lideranças e às ideologias por meio de propagandas, massifica os interesses, retira a originalidade, a autonomia e o individualismo do ser humano ao submetê-lo à ideologia do Estado, promete modificações estruturais pautadas em um processo de ruptura da ordem pré-estabelecida espontaneamente,, expande os domínios territoriais, impõe as ideias e aniquila a cidadania. Promete o impossível, coletiviza os interesses e abusam da violência (ARENDT, 1989; HAYEK, 2010; HAVEL, 1978).

Apenas a planificação por meio da pesada mão interventora do Estado é capaz de promover todos esses elementos fundantes dos modelos coletivistas. O Socialismo, o Nazismo e o Fascismo são paradoxais às democracias liberais, o indivíduo é substituído pelo Estado, a liberdade pela coerção e a igualdade jurídica pelos inúmeros privilégios (HAYEK, 2010, p. 34). Na URSS, Stalin, ao utilizar da planificação social e econômica, decidia juntamente com uma cúpula submissa a ele o que deveria ser feito e quais os moldes a serem adotados naquela determinada ação. A verdade é que os regimes socialistas não incluem o povo, os líderes do governo apenas dizem unilateralmente quais são as vontades da população e como essa deve viver. Não há participação política, pois o socialismo é, por natureza, contrário à liberdade e pautado em mentiras (HAVEL, 1978, p.9).

Todos nós sabemos que a forma política do “Estado” é, então, a plena democracia. Mas, nenhum dos oportunistas, que impudentemente desvirtuam o marxismo, concebe que Engels se refira à “letargia” e à “morte” da democracia. À primeira vista, parece estranho; mas, só é incompreensível para quem não reflete que a democracia é também Estado e, por conseguinte, desaparecerá quando o Estado desaparecer. Só a Revolução pode “abolir” o

Estado burguês. O Estado em geral, isto é, a plena democracia, só pode “definhar” (LÊNIN, 2013, p.19).

O próprio Karl Marx dizia que o Estado Moderno, embora tivesse uma importância histórica e a burguesia estivesse incutida, no passado, em um processo revolucionário por ter conseguido modificar os moldes políticos anteriores, essa instituição deveria ser substituída pela “ditadura do proletariado”. Vladimir Lênin, por sua vez, complementava o raciocínio do autor alemão, dizendo que o Estado era um aparato burguês que servia às classes dominantes (LÊNIN, 2013). À luz dessas teses, é impossível haver um Estado de Direito pautado na democracia e no liberalismo.

É preciso notar ainda, que Engels definiu o sufrágio universal de uma forma categórica: um instrumento de dominação da burguesia. O sufrágio universal, diz ele, considerando, manifestamente, a longa experiência da social-democracia alemã, é o indício da maturidade da classe operária. Nunca mais pode dar e nunca dará nada no Estado atual (LÊNIN, 2013, p.13).

Apesar do intuito (teoricamente) de todos os pensadores e ativistas da extrema-esquerda, como Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Joseph Stalin, Mao Tsé Tung, Fidel Castro, Ernesto “Chê” Guevara, Nicolae Ceaușescu, Pol Pot entre outros, afirmarem que o fim último da doutrina socialista era o estabelecimento de um novo modelo político, econômico e social pautado em novos arranjos de liberdade em um cenário onde haveria distribuição igual da riqueza, o socialismo, na prática, provou o contrário das expectativas, uma vez que, ao utilizar de métodos violentos, opressivos e sanguinários, proporcionaram um cenário repleto de podridão devido à distribuição igualitária da miséria.

As ações dos políticos da extrema-esquerda estão sendo julgadas do mesmo modo que as realizadas pelos da extrema-direita, ou seja, conforme o que realmente ocorreu, enaltecendo o fato em si, e não as vontades últimas dos líderes e, muito menos, as conspirações e as paixões consideradas pelos fanáticos no momento de análise. Não nos interessa imaginar como seria o comunismo (na perspectiva marxista ideal) em plena vigência após a fase do socialismo real, o que temos dever de entender é que a ditadura do proletariado, fase intermediária entre a passagem do sistema capitalista para o comunista, falhou e promoveu uma série de atrocidades nos países que foram submetidos a esses moldes totalitários. O Holodomor foi uma prova disso.

Além dos métodos repressivos já apresentados, vale ressaltar que os Estados socialistas eram repletos de privilégios para os governantes. A vida pública era sinônimo de luxo e poder exacerbado. Mesmo que o discurso estava pautado na igualdade, vimos que a realidade era bem diferente, pois sempre, em todos os regimes socialistas, houve aqueles que eram mais iguais que os outros devido às condições que estavam e as funções que exerciam no aparato burocrático. Stalin foi a prova viva disso (HAYEK, 2010).

Segundo Hobsbawm (1994, p. 371) “Stalin, que presidiu a resultante era de ferro da URSS, era um autocrata de ferocidade, crueldade e falta de escrúpulos excepcionais, alguns poderiam dizer únicas.” Além disso, as propagandas durante o stalinismo eram frequentes e necessárias para a manutenção do sistema, tentando tornar o povo parte dessa história “revolucionária”. O Pravda, jornal oficial da URSS, ocultava diversos fatos da realidade a fim de enaltecer a doutrina adotada por Stalin. Este, ao controlar a mídia, possuía um grande artifício em mãos para desenvolver a ideia inspirada no marxismo-leninismo. Da mesma forma que Goebbels utilizou do viés propagandístico para disseminar as ideias nazistas, o PCUS (Partido Comunista da União Soviética) aproveitou dessa estratégia para mover as massas.

O “materialismo histórico dialético” de Marx e Engels era a maneira na qual Stalin analisava os acontecimentos. Ele afirmava que essa corrente de pensamento era imprescindível para entender as transformações sociais e, primordialmente, no que dizia respeito à implementação da própria ideia nesse ínterim entre capitalismo e comunismo. Embora as análises sobre a sucessão de fatos fossem feitas por um método racional, a ascensão dos socialistas, dos regimes de extrema-esquerda e a proliferação das ideias de Marx e Lênin eram narradas de forma épica, quase como uma epopeia ou até mesmo uma fantasia. Isso servia para demonstrar ao povo o espírito heroico que havia na continuidade das lutas travadas pelos comunistas no que condizia à formação de uma sociedade distinta da existente (SERVICE, 2007).

O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, como Estado (LÊNIN, 2013, p. 17).

As massas não mais deveriam adorar uma figura divina e cultuar uma determinada religião, uma vez que a URSS enaltecia a ciência e o ateísmo como objetos de combate aos mitos religiosos, aos costumes e às tradições populares. A partir do viés marxista, a população deveria adorar o líder político, o partido bolchevique (único) e cultuar as ideias por eles propagadas. De fato era uma nova perspectiva social, mas que rompia com todos os princípios construídos espontaneamente durante os anos, os quais levaram em consideração as preferências pessoais guiadas pelo gradualismo, ou seja, sem imposições e modificações forçadas na sociedade (HAYEK, 1985).

Todavia, o socialismo propunha uma espécie de doutrinação do corpo social. Na própria teoria marxista, momento em que considerações acerca dos objetos denominados pelo alemão como *infraestrutura* e *superestrutura* são realizadas no dizia respeito ao entendimento da sociedade capitalista, Marx afirmava que a infraestrutura correspondia às forças produtivas e às relações econômicas de produção, enquanto a superestrutura era a expressão política, jurídica e cultural da infraestrutura, ou seja, por ser composta pelos órgãos e instituições investidas no conceito de poder, servia como instrumento das classes dominantes para controlar o processo produtivo, a hierarquia social e os preceitos ideológicos (MARX, 1989).

Incrivelmente, o processo de entendimento da sociedade capitalista também serve para analisarmos a estrutura soviética, uma vez que nesta também havia divisões e hierarquia. No caso da URSS, podia-se ver um Estado autoritário que controlava a economia, estipulando o que seria produzido, onde ocorreria o processo e quais os meios adequados para realizá-lo, como no caso da coletivização dos campos ucranianos. A superestrutura, composta por instituições como o Partido Comunista da União Soviética – PCUS, o Politburo (órgão mais importante do PCUS), o NKVD (Ministério do Interior da URSS), o Pravda entre outros, eram as que controlavam a sociedade e impunham as formas nas quais esta seria moldada (SERVICE, 2007).

O Estado estava presente na vida da população em todos os aspectos. Stalin, ao realizar os Planos Quinquenais, substituindo a NEP (política econômica de Lênin, pautada em uma economia camponesa dirigida pelo Estado durante a transição de regimes), planejou a economia em prol de priorizar a industrialização e a agricultura de forma que o Estado não era apenas um ente dirigista ou regulador, mas sim um agente que realizava o próprio

empreendimento econômico e detinha a posse dos bens. Além de desprezarem o liberalismo político, a ideologia stalinista demonizava qualquer prática vinculada ao liberalismo econômico, fazendo com que o Estado e o partido fossem as máximas da sociedade.

O Estado fazia a expropriação de amplos setores da economia e implantava programas de gestão e planejamento centralizados da indústria. As religiões eram perseguidas. Associações da sociedade civil eram forçadas a submeter-se ou simplesmente aniquiladas. Com uma variante stalinista, o marxismo-leninismo abarcava todo o território nacional e ideologias rivais eram perseguidas. O governo era centralizado. Os dirigentes comunistas reforçavam o controle das instituições estatais por meio de um sistema de nomenclatura (espécie de burocracia de privilegiados) e mantinham rígida interconexão entre o partido, o governo, a polícia e o Exército. Os líderes comunistas elaboravam ambiciosos programas governamentais e acompanhavam de perto todas as nomeações para cargos importantes. Cada um desses Estados tinha uma única figura dominante, desfrutando o máximo de dedicação oficial dos subordinados (SERVICE, 2007, p.341).

As massas eram controladas pelo governo, de forma que este fazia propaganda política do sistema e o mantinha de forma autoritária. O socialismo soviético avançou a passos largos no Leste Europeu, e os países dessa região sofreram as consequências de forma drástica, as quais refletem até os dias de hoje. O Socialismo mostrava a verdadeira face nos satélites soviéticos, pois elementos como autoritarismo, restrição de direitos civis, massificação dos interesses, planificação econômica e desprezo pelos direitos dos cidadãos eram evidentes.

Para entendermos as demais crueldades causadas pelas políticas coletivistas e planificadoras do socialismo, basta notarmos o elevado número de mortes que o sistema proporcionou, os colapsos econômicos e o estabelecimento de uma moral própria na sociedade, uma vez que está era planejada e engendrada conforme os ditames dos líderes e partidos investidos no poder (SERVICE, 2007).

Como nosso foco é analisar os regimes totalitários e suas implicações, após vermos os desdobramentos do Fascismo, será demonstrada as influências do socialismo no mundo. O caso soviético é interessante pelo fato de ter sido executado uma espécie de “russificação” ou “sovietização” dos costumes nas nações anexadas ao poderio da URSS e naquelas em que o Kremlin exercia influência por meio de governos satélites, a exemplo dos regimes implantados no Leste Europeu. Além da URSS ter anexado diversos países conhecidos

atualmente como Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Estônia, Letônia, Lituânia, Geórgia, Moldávia, Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Turcomenistão, Tajiquistão e Uzbequistão, o país exercia influência direta nos governos da chamada “Cortina de Ferro”, ou seja, a expansão ideológica e sistemática ocorreu em locais como Romênia, Hungria, Polônia, Bulgária, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental.

3.2 - A Cortina de Ferro

Com o início da Guerra Fria, pode-se dizer que a “Cortina de Ferro” delimitava a fronteira entre as zonas de influência ocidental e soviética. Na visão de Winston Churchill, Primeiro Ministro britânico entre os anos de 1940 e 1945, esses países do Leste Europeu impediam o avanço do capitalismo e da democracia e, simultaneamente, marcava geograficamente os pontos de influência soviética na Europa. Iniciava-se, assim, o período da Guerra Fria, no qual o mundo estava dividido em zonas de influência das duas grandes potências que saíram fortalecidas após a 2ª Guerra Mundial, EUA e URSS.

Desse modo, os EUA lançaram o Plano Marshall a fim de reconstruir a Europa Ocidental e a URSS promoveu o COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua) no objetivo de integrar as nações da Europa Oriental, além de ter estabelecido o Cominform, que foi a resposta política ao Plano Marshall, uma vez que visava a coordenação e a organização das ações dos países socialistas. No âmbito Militar, foi criada a OTAN (1949), um sistema de defesa coletiva entre América do Norte e algumas nações europeias de influência estadunidense. Semelhantemente, A URSS fundou o Pacto de Varsóvia (1955) que, assim como a OTAN, visava a segurança dos membros signatários do tratado por meio de uma aliança militar (SERVICE, 2007).

Após essa apresentação de algumas das instituições do mundo do pós-guerra e com este funcionando no que dizia respeito ao jogo de poder, ficará mais fácil de compreender o porquê das questões do Leste Europeu serem tão importantes para o período. Além de ser uma zona geoestratégica que dividia o “ocidente” do “oriente” e ser a passagem da Europa para a Ásia, essa região é marcada por ser multiétnica e multicultural devido às inúmeras nacionalidades existentes. Como sabemos, o nacionalismo exacerbado atrelado à ânsia desenfreada por poder devastou o continente europeu no século XX e, ao analisar o leste, veremos que, além de ter

tido participação direta nas duas Guerras Mundiais, principalmente devido ao pan-eslavismo e à questão dos bálticos, a região continuou sendo de imensa importância para o contexto da Guerra Fria devido às relações com a URSS.

"De Stettin, no [mar] Báltico, até Trieste, no [mar] Adriático, descerraram uma cortina de ferro sobre a Europa continental. Atrás dela, ficam todas as capitais dos antigos Estados da Europa Central e Oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste, Sófia, todas essas cidades famosas e com populações ao seu redor, estão situadas no que devo chamar de esfera soviética; todas elas sujeitas, de forma ou de outra, não apenas à influência soviética, mas também, em alto grau e em muitos casos, a medidas de controle cada vez maiores de Moscou" – Discurso de Winston Churchill em 1946 (SERVICE, 2007, p. 316).

O discurso de Churchill, homem que liderou a Grã-Bretanha na 2ª Guerra Mundial na aliança contra o III Reich, expressa por meio de uma analogia o real significado dos satélites soviéticos no Leste Europeu. Churchill sabia, mais que ninguém, que após a aliança entre Grã-Bretanha, França, EUA e URSS terem derrotado o "inimigo comum", ou seja, o nazifascismo, a próxima ameaça às democracias do ocidente seria devido à ascensão soviética no pós-guerra (SERVICE, 2007, p. 316).

O Primeiro-Ministro britânico, ao aliar-se com Stalin, sabia que era a única maneira de frear os terrores promovidos por Hitler no velho continente, mas nunca deixou de apontar em seus discursos e reuniões sobre a característica belicosa do Socialismo Real, o qual também ameaçava o equilíbrio de poder no continente devido às anexações de território e pela propagação da ideologia marxista-leninista-stalinista nos países europeus (SERVICE, 2007, p. 316).

Cada nação estava defendendo seus próprios interesses em um jogo de poder. Contudo, assim como no caso do nazi-fascismo, o socialismo real também ameaçou a existência harmônica e sadia das democracias liberais, pois esse regime era regido por um partido único que centralizava todas as decisões. O socialismo real era a antítese da democracia liberal e Churchill percebeu esse fato o mais rápido possível, pois no sistema soviético não havia direitos civis amplos e, muito menos, instituições capazes de assegurar e demonstrar as verdadeiras vontades do povo, como eleições periódicas e imprensa livre.

Mesmo que as nações europeias estavam em um infundável jogo em que o poder era visto como fim último, é importante dizer que, no século XX, as ações do nazi-fascismo e do socialismo real foram extremamente intensas no que dizia respeito à ampliação de poder por meio de intervenções e conquistas territoriais. A configuração do mapa europeu, no auge do III Reich e da URSS era completamente distinto do que conhecemos hoje, uma vez que os territórios anexados por esses dois entes demonstravam o poder geopolítico e estratégico que ambos possuíam (KISSINGER, 1996).

A questão principal das intervenções soviéticas no Leste Europeu durante a ordem bipolar estão relacionadas à estratégia de exercer influência sem, de fato, violar a soberania (pelo menos formalmente) dos países localizados nessa região. Todavia, antes da presença massiva da URSS, a cultura, os costumes, as tradições e os sistemas políticos desses povos se distinguiam imensamente dos moldes socialistas soviéticos. Ademais, já possuíam conflitos internos e questões herdadas do século XIX durante as expansões do Império Austro-Húngaro e do Império Otomano. As consequências sofridas pelos países da Europa oriental foram drásticas, de modo que essas influenciaram no longo período ditatorial desses países, além do subdesenvolvimento na área socioeconômica (SERVICE, 2007, p. 286).

Figura 1 – A Cortina de Ferro



Fonte: Globo, 2019.

O mapa acima demonstra com exatidão a divisão da Europa, a qual foi demarcada, posteriormente, pelo Muro de Berlim, dividindo a Alemanha na porção ocidental e oriental. A

partir desta região, o poderio soviético foi estabelecido, delimitado e protegido pela “Cortina de Ferro”. Como já foi mencionado, a influência soviética não foi tão vantajosa para os países do Leste Europeu, tanto que os índices de desenvolvimento econômico e humano desses países são bem mais baixos em comparação à Europa ocidental. Embora a problemática do leste não seja explicada apenas pela atuação soviética no local, pois há todo um condicionante histórico de lutas intestinas e projeção de poder de outros impérios por conta das peculiaridades da região, nota-se que as ações de Stalin, Krushev e Brejnev foram demasiadamente importantes para o desenrolar das complicações existentes nesses países (SERVICE, 2007, p. 271).

Mas o que aconteceu de fato? Veremos agora, resumidamente, as questões internas da “Cortina de Ferro” e como o extremismo político ascendeu nessas localidades. O ponto de partida é que Moscou dava as ordens e os demais governos as seguiam. Stalin foi quem liderou o socialismo real no início da guerra fria, formando o bloco soviético. Por meio do Cominform, a URSS exportava a cartilha ideológica e prática para os partidos comunistas dos países da “Cortina de Ferro”. As ordens advinham do Kremlin, era uma maneira de “sovietização” das civilizações romenas, húngaras, búlgaras, polonesas e tchecoslovacas. Embora havia várias civilizações, nenhum Estado do Leste Europeu foi habitado apenas por uma única nação devido às características multiétnicas da região. A ideologia marxista-leninista era o princípio norteador de Stalin nessa empreitada, havia um espraiamento das ideias socialistas para o leste europeu, mas que ocorria de modo forçado (SERVICE, 2007, p. 281).

O Estado fazia a expropriação de amplos setores da economia e implantava programas de gestão e planejamento centralizados da indústria. As religiões eram perseguidas. Associações da sociedade civil eram forçadas a submeter-se ou simplesmente aniquiladas. Com uma variante stalinista, o marxismo-leninismo abarcava todo o território nacional e ideologias rivais eram perseguidas. O governo era centralizado. Os dirigentes comunistas reforçavam o controle das instituições estatais por meio de um sistema de nomenclatura (espécie de burocracia de privilegiados) e mantinham rígida interconexão entre o partido, o governo, a polícia e o Exército. Os líderes comunistas elaboravam ambiciosos programas governamentais e acompanhavam de perto todas as nomeações para cargos importantes. Cada

um desses Estados tinha uma única figura dominante, desfrutando o máximo de dedicação oficial dos subordinados (SERVICE, 2007, p.341).

Moscou era o centro, enquanto Bucareste, Budapeste, Sófia, Varsóvia, Praga e Berlim Oriental eram os satélites. O partido comunista dessas cidades deviam obediência e total respeito aos anseios da URSS, a qual falseava informações perante à Sociedade Internacional ao dizer que estava levando democracias ao Leste Europeu. Na visão de Stalin, território era símbolo de poder e influência política e ideológica (KISSINGER, 1996).

O socialismo no Leste Europeu, como em qualquer outro lugar do mundo, foi catastrófico, os direitos civis e as liberdades individuais foram suspensas e os soviéticos moldaram a sociedade conforme a própria ideologia, desrespeitando as particularidades dos povos, os anseios dos cidadãos e a noção de indivíduo. Podemos dizer que o conceito de “ordem espontânea” foi totalmente rompido em prol da edificação de uma ditadura de esquerda executada pelos líderes nacionais sob tutela do Kremlin (HAYEK, 2010). A propaganda era muito forte nos satélites soviéticos, talvez a regra de Joseph Goebbels também tenha sido utilizada pelo grande adversário do III Reich, visto que Stalin também falseava as verdades e estava incutido na ideia de que quanto maior for a mentira, mais esta influenciará a população. Esta, por sua vez, não tinha acesso ao “outro lado”.

Mesmo que a URSS não anexou os territórios da “Cortina de Ferro”, a influência era demasiada, ao ponto de escolher os governantes, intervir militarmente e reprimir manifestações contrárias ao governo em um ambiente de revolta e turbulência, como no caso das manifestações ocorridas na Alemanha Oriental após a morte de Stalin, nos protestos na Hungria, em 1956, no famoso episódio da Primavera de Praga em 1968 e na greve polonesa liderada por Lech Walesa em 1980. As ocupações soviéticas eram constantes e a maior preocupação dos habitantes dessas zonas de influência era a sobrevivência. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela austeridade atrelada à agressividade da URSS em relação aos satélites. Ademais, os satélites soviéticos sofriam com a escassez de alimentos e mercadorias. Um fato curioso sobre a época foi que os alemães da porção ocidental enviavam suprimentos aos seus familiares e amigos que estavam residindo no outro lado do Muro de Berlim, que começou a ser construído em 1961 (SERVICE, 2007).

Mais de 150 mil alemães foram detido pelo comunismo, quase um terço morreu no cativeiro. Casos de estupro e violência sexual também foram registrados nesse período. Isso comprova mais alguns dos vários horrores causados pela prática do Socialismo Real. Contudo, Berlim oriental era a vitrine do Socialismo soviético no coração da Europa, lá era onde havia a representação mais genuína do poder socialista fora da URSS. Stalin afirmava que estava instituindo uma nova forma de liberdade e democracia na porção oriental do velho continente, mas os fatos comprovam o contrário (SERVICE, 2007).

3.3 – As Consequências do totalitarismo de extrema-esquerda

O Socialismo Real deturpou toda a ideia de gradualismo, geração espontânea e os fundamentos das democracias liberais. O Estado de Direito foi substituído pelo autoritarismo, a realidade era falseada e as informações controladas. Na camaradagem, os privilégios eram incontáveis, os tomadores de decisão desfrutavam de uma vida luxuosa, a ponto dos principais membros do partido Bolchevique terem casas de veraneio, diversos carros, empregados e alimentos diferenciados. Enquanto isso, a população permanecia na pobreza e desprovida de liberdade para pensar e agir conforme os próprios anseios.

No regime dos camaradas, a camaradagem prosperou. Padrinhos políticos compensavam seus apaniguados com promoções e, em troca, conquistavam aliados. As pessoas conseguiam as coisas de que precisavam recorrendo à troca de favores (SERVICE, 2007, p.337).

Os índices de corrupção nesses Estados eram altíssimos, porém nada era divulgado, pois a imprensa era controlada pelos governantes, como no caso do jornal *Pravda* na URSS. O controle estatal da educação proporcionava apenas o conhecimento “necessário” para tornar a população uma espécie de “massa revolucionária” que daria continuidade ao processo, mas o que realmente ocorria era a formação de um povo inepto e obtuso, de modo que o governo os controlava inteiramente através de severas normas. No início de cada experiência marxista, o Socialismo Real podia ser considerado um sistema autoritário, mas com o passar dos anos e com a evolução do processo, transformava-se em um regime totalitário. A autonomia individual foi destruída pela extrema-esquerda a partir da totalitarização do Estado

(ARENDT, 1989), algo indissociável do pensamento marxista no que consiste à fase da “ditadura do proletariado” – socialismo.

Engels não faz mais que repetir aqui, com mais relevo, a ideia fundamental de todas as obras de Marx, ou seja que a República democrática é a etapa que conduz diretamente à ditadura do proletariado. Não é essa República, de fato, que porá termo à dominação do Capital nem, por conseguinte, à servidão das massas e à luta de classes; mas, dará a essa luta uma profundidade, uma extensão, uma rudeza tais que, uma vez surgida a possibilidade de satisfazer os interesses essenciais das massas oprimidas, essa possibilidade se realizará fatalmente e unicamente pela ditadura do proletariado, arrastando consigo as massas (LÊNIN, 2013, p. 61).

O socialismo é, por natureza, antidemocrático. As instituições fundadas nos preceitos soviéticos, ao estabelecerem o sistema de nomenclatura, diferenciavam-se, substancialmente, das instituições existentes nas democracias liberais do ocidente, pautadas no império das leis e na imparcialidade. Ademais, não há nos Estados denominados Socialistas ou Comunistas a clara noção de separação dos poderes, algo fundamental para o fomento de uma democracia. Por fim, no sistema dos camaradas, prevalece o unipartidarismo, as decisões são tomadas de modo autocrático, sem participação popular através de eleições, plebiscitos e referendums. É um regime que nada foge, teoricamente, do controle daqueles que se colocam nas posições mais “igualitárias” do sistema.

A ditadura do proletariado, ao forçar um determinado *modus operandi* para a sociedade, viola aquilo que Hayek denominou como *ordem espontânea*. Mecanismos de controle social, político e econômico são impostos, de modo que a liberdade passa a não existir da forma na qual estamos acostumados. Os dirigentes tentam controlar tudo e todos, isso é realizado por meio da planificação social e da centralização das decisões apenas nas mãos dos governantes. O Socialismo Real representa a maximização do intervencionismo estatal em todos os âmbitos, sendo essa filosofia uma das principais causadoras de mazelas no século XX, afetando diversos países que, até hoje, sentem imensamente as dores e convivem com as sequelas deixadas pelas experiências marxistas (HAYEK, 2010).

A falência econômica é algo intrínseco a essa doutrina. Como foi visto nos exemplos mencionados anteriormente, o colapso econômico foi evidente nos países da Cortina de Ferro e, posteriormente, na própria URSS. A economia marxista, quando praticada, em seu primeiro

estágio (socialismo), acaba estatizando as propriedades e os meios de produção. Com isso, cabe aos governantes planejar toda a sociedade. Como é possível apenas um grupo de pessoas alocar recursos escassos de modo consciente?

Isso não ocorre. Além dos favorecimentos e da corrupção por meio da camaradagem, é algo impossível de ser feito. Nenhum governo é capaz de saber o tipo e a quantidade do que será produzido, quais as profissões necessárias para o desenvolvimento socioeconômico e, principalmente, quais os anseios de cada pessoa (HAYEK, 2010). É nesse momento que a utopia se torna distópica. Ao não conseguir planejar a sociedade, essas ações começam a ser feitas de modo ainda mais forçado, usando da violência e do terror como instrumentos de ação. O Holodomor é um exemplo claro das consequências nefastas de um regime em que a coletivização e o estatismo são potencializados.

Falar que o Socialismo Real exercia intervenções na economia é ser muito brando, o fato é que essa ideologia planificava as práticas de geração e distribuição da riqueza, transformando esta, em miséria. As especificidades dos indivíduos, na prática, não são consideradas, pois um sistema autoritário realiza a homogeneização dos indivíduos, como se os atributos da autonomia humana, da individualidade e da originalidade fossem descartáveis, ou talvez inexistentes. Essa questão impossibilita a satisfação dos desejos individuais, uma vez que cada ser é peculiar e dotado de singularidades. A necessidade de um pode não ser a de outro, as perspectivas e os anseios são, naturalmente, concebidos pelo particular, ou seja, o Estado não possui capacidade nem legitimidade para ferir os direitos dos indivíduos enquanto seres humanos (HAYEK, 2010; MILL, 2016).

Naturalmente, isso é impossível, sendo assim, os métodos coercitivos do sistema ficam cada vez mais evidentes e a população à mercê dos líderes. Em algumas ocasiões, o próprio corpo social possui responsabilidade no que diz respeito à edificação do autoritarismo, um grande exemplo foi a ascensão de Hitler por vias democráticas. Já em outras situações, as pessoas não possuem meios para atuar de modo contrário e, muito menos, instituições sólidas para se apoiarem a fim de assegurar os direitos à vida, à liberdade e à propriedade, como no caso dos ucranianos durante a invasão soviética no famoso episódio do Holodomor.

Na visão de Hayek (1985), o socialismo, assim como os demais regimes políticos coletivistas, não obteve êxito por incorrer no ato falho de querer remodelar a sociedade, os

povos, os costumes e as nações. Desse modo, os soviéticos romperam com a ordem espontânea, a qual emergiu natural e gradualmente por meio de livres interações entre indivíduos. João Pereira Coutinho (2014), ao se embasar no pensamento hayekiano, diz que a vantagem existente na “ordem espontânea” é que esta não é programada e pensada por um grupo, e sim fruto das múltiplas interações entre seres humanos dotados de originalidade.

É importante sublinhar esse aspecto epistemológico da “ordem espontânea”, e não apenas por razões econômicas. Do ponto de vista dos resultados, é fato que uma ordem na qual cada indivíduo pode utilizar seus conhecimentos e preferências na prossecução dos seus fins será mais eficaz do que uma organização submetida a uma única mente limitada, ou a um conjunto restrito de mentes limitadas (COUTINHO, 2014, p. 89).

A partir das interpretações de Hayek (1985) e de Coutinho (2014, p. 90), é possível dizer que a dimensão epistemológica da ordem espontânea tem uma crucial importância política, pois apresenta um claro papel anti-autoritário. Na ordem espontânea, os indivíduos são os melhores juízes da própria causa, porque são os maiores conhecedores de seus próprios fins. Porém, nos regimes socialistas, a liberdade individual é destruída pelo planejamento central, feito por “mentes limitadas” que exercem a desprezível função de “engenheiros de almas humanas”.

Os delírios da planificação econômica e do coletivismo já nos mostraram que é impossível uma pessoa, ou até mesmo uma nação, produzir tudo aquilo que possui. Isso demonstra que o emprego gerado nas sociedades capitalistas concede oportunidade para que a população faça aquisições de produtos. A partir dessas compras, há uma circulação do dinheiro, o qual pode ser reinvestido de modo que riquezas são produzidas e empregos são gerados. Nesse ciclo, nota-se uma crescente na renda da maioria dos agentes da sociedade, e não uma miséria coletiva atrelada a uma exploração infundável, como previa Karl Marx. A preservação do auto-interesse e o uso das capacidades individuais de forma responsável, não são tão ruins quanto Marx dizia. Isso pode ser visto na breve citação de Adam Smith:

Não é pela benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas pelo cuidado que eles têm em relação aos seus próprios interesses. Nós não apelamos para a sua humanidade, mas para o seu egoísmo, e nunca lhes falamos das nossas necessidades, mas antes das vantagens para eles (SMITH, 1999, p. 119).

Essa ideia apresentada acima foi visível nas democracias liberais do ocidente, onde a qualidade de vida atingia níveis altos devido ao crescimento econômico e à alocação racional dos recursos escassos. Enquanto isso, nos países socialistas, a pobreza era evidente a ponto de não haver alimentos em alguns períodos. As disparidades entre ocidente e oriente no que condizia às zonas de influência americana e soviética durante a Ordem Bipolar foram ficando cada vez maiores com o desenrolar das atividades durante a Guerra Fria. Na década de 1980, o Socialismo Real já começou a dar indícios de falência. Nesse período, no ocidente, Ronald Reagan, Presidente dos EUA, Margaret Thatcher, Primeira-Ministra britânica e o polonês Karol Wojtyla, Papa João Paulo II, queriam fazer de tudo, dentro do possível, para derrubar a Cortina de Ferro (SERVICE, 2007, p. 491).

O último Secretário-Geral da URSS, Mikhail Gorbachev, percebeu essa situação e tentou realizar reformas no sistema soviético. Com a *Perestroika* (reestruturação), visava acabar com a centralização econômica do país, liberar o comércio exterior, principalmente no que dizia respeito às importações e colocar um fim no planejamento estatal “stalinista”. Essa medida visava uma maior abertura da economia soviética. Com a *Glasnost* (transparência), o povo seria aproximado dos processos de decisão política (SERVICE, 2007).

Sendo assim, Gorbachev propunha o fim do partido único, do Gulag, da censura e anistiar os presos políticos de modo que haveria um pouco mais de liberdade dentro do sistema reformado. Mas as conturbações eram imensas e o regime parecia insustentável, o que levou a diversas consequências nos anos seguintes como a Queda do Muro de Berlim, em 1989, reunificando a Alemanha, e o fim dos regimes comunistas nos países da cortina de ferro. E, em 1991, o esfacelamento da URSS.

O comunismo ao estilo soviético passou décadas construindo seu maquinário institucional, porém, embora o mecanismo tivesse feito muito barulho e se deslocasse bem ao se engatar as primeiras marchas, sempre tendia a meter-se num beco sem saída [...] Nesses países (Leste Europeu) houve opressão política, engessamento da economia e alienação social. Suas atmosferas se impregnaram dos miasmas da apatia e da desilusão [...] Burocratas formavam grupos de “apadrinhados”, funcionários públicos protegidos por um padrinho político (SERVICE, 2007, p.552).

Ninguém mais suportava o autoritarismo, a censura, as constantes crises e a escassez de alimentos nos países socialistas ao mesmo tempo em que as democracias liberais se desenvolviam a passos largos por meio do capitalismo. Em meio a essas perturbações, as populações de Tchecoslováquia, Romênia, Hungria, Polônia e Bulgária foram às ruas protestar em prol dos direitos civis e da democracia e, dessa vez, devido às fraquezas internas da URSS, não houve tropas soviéticas para massacrar os manifestantes, como no caso da Hungria em 1956 e de Praga, em 1968 (Primavera de Praga). Todos esses países que compunham a cortina de ferro realizaram transições para regimes democráticos de modo pacífico, exceto a Romênia.

O regime de Nicolae Ceaușescu, Secretário-Geral do Partido Comunista Romeno teve um fim trágico. A população romena, descontente com os métodos repressivos do líder, derrubou o regime por meio de uma revolução na qual houve bastante derramamento de sangue durante as lutas internas. Nicolae Ceaușescu perdeu o controle do país devido à projeção das manifestações atreladas à insustentabilidade do sistema então vigente. No dia 25 de dezembro de 1989, Nicolae e sua esposa Elena Ceaușescu foram presos e executados, evento o qual marcou o final desse doloroso período em que o Socialismo Real vigorou no país (SERVICE, 2007, p. 493).

O caso da Romênia é uma excessão, pois o totalitarismo da extrema-esquerda foi, majoritariamente, enfrentado por vias pacíficas. Diante disso, Lech Walesa e o notável Václav Havel demonstraram o caráter de enfrentamento pacífico frente a um regime autoritário em seus respectivos países. Em 1989, na Tchecoslováquia, Havel fundou o Fórum Cívico, uma instituição com o intuito de prezar, ensinar e espalhar os valores democráticos. Ele foi a antítese do regime no qual viveu, uma vez que as ideias propostas por ele diferenciavam-se, absolutamente, de uma ditadura que utilizava da própria ideologia (socialismo) para se legitimar enquanto fonte do poder (SERVICE, 2007).

Segundo Havel (1978), o preço a ser pago pelo indivíduo ao estar submetido a um sistema ditatorial, é a perda da razão, da consciência e das responsabilidades. O regime, na verdade, falsifica o passado, o presente, o futuro, as estatísticas e utiliza, em alguns casos, de eleições completamente manipuladas para aparentar uma democracia. Os direitos dos

indivíduos são suprimidos, uma vez que a violência, o militarismo e o Estado de alerta menosprezam a realidade tal como ela é em prol da criação de uma distopia totalitária.

Václav Havel teve a coragem e a inteligência para combater o socialismo e se tornou Presidente da Tchecoslováquia em 1989 após vários entraves com os socialistas que comandaram o país durante décadas. Posteriormente, quando a Eslováquia se separou, ele foi eleito Presidente, em 1993, da recém fundada República Tcheca. O que mais impressiona em Havel, foi que mesmo tendo liderado um movimento que objetivava a deposição de um regime, ele e os demais opositores do sistema não atuaram por vias belicosas. A população tcheca, em número expressivo, ocupou as ruas de Praga a fim de depor o governo socialista. Esse episódio ficou conhecido como Revolução de Veludo, no qual Havel e o povo tcheco combateram o totalitarismo com democracia e liberdade (SERVICE, 2007).

O Socialismo Real deixou várias sequelas que dificilmente serão esquecidas, principalmente no Leste Europeu. Em todos os locais no qual a ideologia marxista foi implantada, as noções de gradualismo, individualismo, prudência e liberdade foram corroídas e substituídas pelo autoritarismo atrelado ao terror. O eterno “Estado de sítio” dos países denominados socialistas e comunistas diz muito sobre as ideias totalitárias do regime, as quais foram fundamentais para a deturpação das peculiaridades de cada local, assim como para a anulação dos indivíduos enquanto seres autônomos e originais. A igualdade dada pela servidão foi uma experiência caótica e extremamente sangrenta. A consequência de tudo isso, foi o alastramento da repressão atrelada à miséria em uma sociedade completamente atomizada e aterrorizada.

Mesmo que o inverno tenha sido dominado pelos bolcheviques, a certeza é de que a primavera foi e continuará sendo de todos aqueles indivíduos e nações que estejam comprometidos com os valores da cidadania, das liberdades individuais e da prudência, pois após termos visualizado todas essas catástrofes causadas pelo totalitarismo, sabemos que a dor da verdade e o ato de encarar a realidade, ainda é algo preferível que o deleite momentâneo oferecido de modo tentador pela mentira, a qual é continuamente propagada pelos “profetas da salvação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se nessa pesquisa o quão maléfico podem ser os impactos gerados pelos regimes totalitários. Por meio de análises históricas e políticas acerca do totalitarismo no século XX, foi possível notar os horrores causados pelo Nazi-Fascismo e pelo Socialismo Real. Nações foram devastadas, economias colapsaram e minorias étnicas sofreram perseguições em um ambiente marcado por belicosidade, violência e intolerância.

Os regimes totalitários, ao propagarem mentiras através de propagandas falaciosas e utilizarem de métodos coercitivos, moldaram os indivíduos conforme a própria ideologia do Estado. Isso culminou na decadência da autonomia e da originalidade do ser humano no que condizia às liberdades e direitos. Indivíduos ficaram à mercê da moralidade fictícia construída pelos líderes totalitários, esvaiu-se os direitos de liberdade de pensamento, expressão e associação, uma vez que tudo era centralizado sob à égide ditatorial do aparato burocrático.

Práticas corriqueiras nos regimes totalitários, a exemplo do ato de deturpar a realidade, falsear os eventos históricos, substituir a prudência pelo radicalismo e desprezar a ordem espontânea, são fatores que levam qualquer civilização ao colapso. Sem contar que a liberdade é substituída pela censura atrelada à violência e pelo coletivismo demagógico. A cultura do autoritarismo é demasiadamente perigosa, pois ameaça os princípios, as instituições e as práticas que garantem a liberdade dos indivíduos e o funcionamento do governo de forma sadia. Esse fato foi constatado a partir das elucidações acerca do Nazi-Fascismo e do Socialismo Real, regimes totalitários que priorizavam métodos coletivistas, intervencionistas e violentos no que condizia aos aspectos sociopolíticos dos países em que foram instaurados.

Vimos que diversos imbróglios foram causados pelos sistemas totalitários, os quais impactaram diretamente nas questões políticas, sociais, econômicas e humanitárias do século XX. O período em que Fascismo, Nazismo e Socialismo vigoraram, foi marcado por violência, privilégios, autoritarismo, perseguições, perversidade, genocídios e guerras. Claramente, cada regime totalitário teve suas peculiaridades, mas devemos lembrar que há várias semelhanças entre eles, sendo a principal delas o elevado grau de desumanização promovido pelos regimes e o fato de terem o terror como princípio guia. Outra semelhança que vimos foi o fato de que as ideias totalitárias são dotadas de um sentimento revolucionário,

as quais desqualificam qualquer pensamento que segue a linha do gradualismo. Ao evitarem reformas prudentes, acabam recorrendo em práticas extremistas, violando direitos fundamentais e corroendo as instituições que equilibram o poder.

Um governo dessa natureza é extremamente paradoxal ao conceitos liberais e democráticos. Ao instituir um governo totalitário, princípios atrelados à democracia e ao liberalismo político, como isonomia, liberdades civis e direitos humanos, são levados ao ostracismo através das nefastas ideias do arbítrio e da ditadura.

As mudanças pela via democrática podem nos custar tempo, cansaço e, em algumas ocasiões, descrença na própria funcionalidade e eficácia do regime. Ao se tratar de um processo lento e gradual, devemos ter consciência que é possível melhorar a política, a economia e as questões sociais locais através da interação entre democracia e liberalismo, mantendo, ao mesmo tempo, poder popular e funcionalidade institucional. Apesar de ser um modo complexo e trabalhoso, o qual requer tempo, paciência e disposição, opõem-se substancialmente aos princípios totalitários de fascismo, nazismo e socialismo.

Nos resta ter consciência que nos processos de transformações, as instituições liberais e as práticas democráticas nunca serão tentadoras e deslumbrantes, pois as alterações no âmbito sociopolítico realizadas a partir desses valores são prudentes, realistas e seguem a lógica da ordem espontânea, ou seja, são pautadas naquilo que, de fato, é possível de ser feito, substituindo as problematizações por resoluções, as utopias pelo pragmatismo, a planificação pela democracia e o autoritarismo pela liberdade.

REFERÊNCIAS

A VIDA É BELA. Direção: Roberto Benigni. Produção: Gianluigi Braschi e Elda Ferri, Melampo Cinema. Distribuição Cecchi Gori Group, 1997.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução: José Rubens Siqueira. Edição: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARMSTRONG, Karen. **Em Nome de Deus: O Fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo**. Tradução: Hildegard Feist. Editora: Companhia de Bolso, 2000.

BEEVOR, Antony. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**, 7ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1995.

COLHEITA AMARGA. Direção: George Mendeluk. Distribuição: Califórnia Filmes. Canadá, 2018. Tipo de mídia: DVD.

COUTINHO, João Pereira. **As Ideias Conservadoras Explicadas a Revolucionários e Reacionários**. Editora: Três Estrelas. 2014.

GAY, Peter. **A Cultura de Weimar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HAVEL, Vaclav. **The Power of the Powerless**. 1978.

HAYEK, F. A. VON. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HAYEK, Friedrich A. **Direito, Legislação e Liberdade**, vol. 1. São Paulo: Visão, 1985.

HENIG, Ruth. **As origens da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 1991.

HENIG, Ruth. **O Tratado de Versalhes**. São Paulo: Ática, 1991.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª edição. Companhia das Letras. São Paulo. 1995.

KERTZER, David I. **O Papa e Mussolini: a conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Traducción: Mónica Utrilla. Barcelona, España. 1ª edición: enero de 1996.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. Edição: Estudos Vermelhos. eBook Kindle. 2013.

MARTINS, Leandro Augusto Junior. **Mundo Bipolar e a Guerra Fria**. Globo, educação. 2019.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 1999.

MILL, John Stuart. **Sobre a Liberdade**. Tradução: Denise Bottmann 1ª edição: Coleção L&PM Pocket, 2016.

MILMAN, Luis. **Holocausto, Verdade e Preconceito**. Revista Espaço Acadêmico. n. 43, 2004.

MUSSOLINI, Benito. **The Doctrine of Facism**. Versão Digital.

PONTUSO, James F. **Václav Havel: Civic Responsibility in the Postmodern Era**. Oxford, 2004.

RADIO PRAGUE INTERNATIONAL. **World Bank Marks Czech Republic's Graduation to Developed Status**. Disponível em: <https://www.radio.cz/en/section/curaffrs/world-bank-marks-czech-republics-graduation-to-developed-status>. 2006

SERVICE, Robert. **Camaradas: Uma História do Comunismo Global**. Tradução: Milton Chaves de Almeida. 5ª ed. – Rio de Janeiro, 2018.

SMITH, Adam. **The Wealth of Nations**. London: Penguin Classics, 1999.

UNDP. **Human Development Report**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>. 2019.